

2015
RELATÓRIO
e
CONTAS



*“A água de boa qualidade é como a saúde ou a liberdade:
só tem valor quando acaba.”*

Guimarães Rosa



Índice

ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	3
ÍNDICE DE TABELAS.....	4
ÓRGÃOS SOCIAIS	7
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	8
I – INTRODUÇÃO.....	12
II - ÁREAS DE ACTIVIDADE.....	13
III - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	27
IV – ÁREA COMERCIAL	41
V- OUTROS DADOS	46
VI - OBJECTIVOS PARA 2016.....	54
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS	56
VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	57
IX – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	58
X – CERTIFICAÇÃO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	103

Índice de gráficos

GRÁFICO 1 VOLUMES POR TIPO DE ORIGEM DE ÁGUA (M ³).....	14
GRÁFICO 2 VOLUMES DE ÁGUA POR ABASTECIMENTO(M ³).....	14
GRÁFICO 3 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA	15
GRÁFICO 4 RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO EXECUTADOS.....	18
GRÁFICO 5 TUBAGEM APLICADA	19
GRÁFICO 6 INTERVENÇÕES DO PIQUETE	19
GRÁFICO 7 SECTOR DE FRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS, INDUSTRIAIS E PLUVIAIS	20
GRÁFICO 8 TARIFA POR M ³	21
GRÁFICO 9 VOLUME CONTRATADO.....	21
GRÁFICO 10 CUSTO DA CONCESSÃO	22
GRÁFICO 11 VOLUME DE ÁGUA FATURADA A CLIENTES.....	22



GRÁFICO 12 GASTOS COM A DEPOSIÇÃO DE RSU	23
GRÁFICO 13 QUANTIDADES RECOLHIDAS DE RSU INDIFERENCIADOS	24
GRÁFICO 14 EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES RECOLHIDAS SELETIVAMENTE	25
GRÁFICO 15 PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DO SECTOR PARQUES E JARDINS	26
GRÁFICO 16 GASTOS DIRETOS ANUAIS SETOR PARQUES E JARDINS	26
GRÁFICO 17 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	28
GRÁFICO 18 INVESTIMENTOS	29
GRÁFICO 19 ORIGEM DOS RENDIMENTOS	35
GRÁFICO 20 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	35
GRÁFICO 21 EVOLUÇÃO DOS GASTOS.....	38
GRÁFICO 22 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO.....	39
GRÁFICO 23 EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO M ³	43
GRÁFICO 24 EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO €	44
GRÁFICO 25 EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO RSU's €	44
GRÁFICO 26 EVOLUÇÃO DO Nº DE CONSUMIDORES	45
GRÁFICO 27 DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE CLIENTE - 2015.....	45
GRÁFICO 28 EVOLUÇÃO RECURSOS HUMANOS.....	47
GRÁFICO 29 EVOLUÇÃO DO Nº DE HORAS EXTRA POR MÊS	48
GRÁFICO 30 EVOLUÇÃO DOS GASTOS MENSAIS COM HORAS EXTRAORDINÁRIAS.....	49
GRÁFICO 31 Nº AUTOS	50
GRÁFICO 32 VALORES CONTRA ORDENAÇÕES	50
GRÁFICO 33 VALOR DOS CONCURSOS	51
GRÁFICO 34 Nº DE CONCURSOS ADJUDICADOS	51
GRÁFICO 35 CUSTOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA.....	52
GRÁFICO 36 CONSUMO DE COMBUSTÍVEL POR SECTOR (LITROS)	53
GRÁFICO 37 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR SECTOR	53
GRÁFICO 38 EVOLUÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	93

Índice de tabelas

TABELA 1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM A DEPOSIÇÃO DE RSU	23
TABELA 2 INVESTIMENTO REALIZADO	27
TABELA 3 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS	28
TABELA 4 INVESTIMENTOS	28
TABELA 5 ORIGEM DOS RENDIMENTOS.....	34
TABELA 6 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	34



TABELA 7 EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	36
TABELA 8 EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	36
TABELA 9 RÚBRICAS DOS GASTOS	37
TABELA 10 EVOLUÇÃO DOS GASTOS	37
TABELA 11 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	38
TABELA 12 RÁCIOS E INDICADORES - I	39
TABELA 13 RÁCIOS E INDICADORES - II	39
TABELA 14 RÁCIOS E INDICADORES - III	39
TABELA 15 EVOLUÇÃO DE CLIENTES	42
TABELA 16 ESTRUTURA DO TIPO DE CONSUMIDORES / FATURAÇÃO DE ÁGUA 2015	42
TABELA 17 EVOLUÇÃO DA ÁGUA CONSUMIDA M ³	42
TABELA 18 Nº E CONSUMO POR CLIENTE	43
TABELA 19 FATURAÇÃO ÁGUA € - 2015	44
TABELA 20 CONSUMOS FATURADOS POR TIPO DE CLIENTES	45
TABELA 21 EVOLUÇÃO RECURSOS HUMANOS	46
TABELA 22 EVOLUÇÃO DO Nº DE HORAS EXTRA POR MÊS	47
TABELA 23 EVOLUÇÃO DOS GASTOS MENSAS COM HORAS EXTRAORDINÁRIAS.....	48
TABELA 24 EVOLUÇÃO DAS CONTRA ORDENAÇÕES	50
TABELA 25 EVOLUÇÃO DOS CONCURSOS.....	51
TABELA 26 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM VIATURAS	51
TABELA 27 CUSTOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA.....	52
TABELA 28 CONSUMO DE COMBUSTÍVEL POR SECTOR (LITROS)	52
TABELA 29 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR SECTOR	53
TABELA 30 VIDA ÚTIL ATIVOS TANGÍVEIS.....	70
TABELA 31 VIDA ÚTIL ATIVOS INTANGÍVEIS.....	71
TABELA 32 FLUXOS DE CAIXA	79
TABELA 33 INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	80
TABELA 34 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	81
TABELA 35 DEPRECIACÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE	82
TABELA 36 VIDA ÚTIL ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	82
TABELA 37 ATIVOS INTANGÍVEIS	83
TABELA 38 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE	83
TABELA 39 VIDA ÚTIL ATIVOS INTANGÍVEIS.....	84
TABELA 40 OUTRAS CONTAS A RECEBER	85
TABELA 41 INVENTÁRIOS	86
TABELA 42 CMCMC.....	87
TABELA 43 PERDAS POR IMPARIDADE	87
TABELA 44 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	88



TABELA 45 DIFERIMENTOS ATIVOS	89
TABELA 46 PROVISÕES.....	90
TABELA 47 FORNECEDORES	90
TABELA 48 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	91
TABELA 49 OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	91
TABELA 50 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	92
TABELA 51 DIFERIMENTOS ATIVOS.....	92
TABELA 52 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	93
TABELA 53 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR SETOR DE ATIVIDADE	93
TABELA 54 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	94
TABELA 55 GASTOS COM O PESSOAL.....	95
TABELA 56 Nº MÉDIO DE COLABORADORES.....	95
TABELA 57 Nº MÉDIO DE PESSOAS / HORAS A TRABALHAR.....	96
TABELA 58 DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES.....	96
TABELA 59 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	97
TABELA 60 OUTROS GASTOS E PERDAS	97
TABELA 61 JUROS SUPORTADOS E OUTROS.....	98
TABELA 62 JUROS OBTIDOS.....	98
TABELA 63 ACIONISTAS.....	99
TABELA 64 PARTES RELACIONADAS.....	100
TABELA 65 SUBSÍDIOS	101
TABELA 66 GARANTIAS	101



Órgãos Sociais

Assembleia-Geral:

- David António Esteves Fontes Neves – Presidente da Mesa;
- Filipa Pinto Basto de Sousa Macedo Ravasco Mendes – Secretária, desde 03/02/2015 até 31/12/2015;
- Júlio Manuel Sousa Costa – Secretário, desde 01/01/2015 até 02/02/2014.

Conselho de Administração:

- Carlos do Carmo Martins – Presidente, desde 01/01/2015 até 02/02/2015;
- João Carlos Izidoro Marques – Vogal Executivo, desde 01/01/2015 até 02/02/2015 e Presidente, desde 03/02/2015;
- José Miguel Ribeiro Oliveira – Vogal Executivo
- Francisco José Pereira Morais – Vogal Executivo desde 03/02/2015.

Fiscal Único:

- Cruz Martins & Associada, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Alberto da Cruz Martins;
- F. Pega Magro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, representada por Fernando José Pega Magro – Fiscal único suplente.



Mensagem do Conselho de Administração

A ADC – Águas da Covilhã, EM, enquanto empresa pública do sector empresarial local deve prosseguir o interesse público, prestando serviços de excelência, com autonomia e ao mais baixo custo, nas áreas que constituem o seu Core Business: abastecimento de água; recolha de resíduos e limpeza urbana; recolha e tratamento de águas residuais; e o tratamento dos Jardins da cidade da Covilhã.

O ano de 2015 consolida as boas práticas operacionais e de gestão que transitaram do ano anterior tendo como foco principal os nossos utentes.

A gestão orientada para o rigor e eficiência só se consegue com uma conjugação de diversas atividades que no seu todo permitem acrescentar valor às organizações elevando-as para um patamar superior na qualidade dos serviços que prestam, destacamos as seguintes levadas a cabo em 2015:

- Investimentos de ampliação e renovação de redes de abastecimento e saneamento - maioritariamente devida às intervenções na rede de distribuição de água, nomeadamente as redes do Paúl, de Aldeia de S. Francisco de Assis, Tortosendo (Bairro dos Pinhos Mansos), Covilhã, Orjais, Ferro, Tortosendo e Dominguiso;
- Foram instaladas diversas válvulas reductoras de pressão nos locais da Boidobra e Covilhã, otimizando assim o funcionamento hidráulico das respetivas redes, objetivamente com a diminuição das pressões de serviço;
- Investimentos na renovação do parque de contadores;
- Investimentos de reabilitação e equipamentos em reservatórios – foram intervencionados 5 reservatórios, R2 (Parque Alexandre Aibéo), R15 (Vila do Carvalho), R21 (Jaringal-Teixoso), R79 (Sr.ª do Carmo-Teixoso), R78 (Coutada Superior);
- Execução de campanhas de deteção ativa de fugas nas freguesias de Verdelhos, Sobral de São Miguel, Aldeia de S. Francisco de Assis e Casegas;
- Instalação de 50 unidades de telegestão em reservatórios e captações, sendo o número de parâmetros monitorizados superior a 250. Nestes parâmetros incluem-se níveis, concentração de cloro, caudal, presença de energia, intensidade de corrente, pressão em conduta elevatória, intrusão, avaria em bomba, extravasamentos,



comando de bombagem, nível de alerta e % de abertura de válvula. O grande volume de informação possibilitou a determinação de caudais noturnos e consequentemente a avaliação das perdas nas zonas abastecidas por cada reservatório. Foi também possível detetar avarias em equipamentos de bombagem, cloragem e controlo de nível, em tempo útil evitando situações de emergência, faltas e desperdício de água;

- Como resultado dos investimentos atrás transcritos obteve-se uma redução do valor de perdas de água de 36,4% em 2014 para 32,9% em 2015;
- Aquisição de meios de transporte possibilitando assim rapidez nas intervenções, foram 4 as viaturas adquiridas;
- No ano de 2015 foram depositadas 16.043 toneladas de resíduos sólidos indiferenciados, valor inferior ao verificado em 2014 devido ao incremento da recolha seletiva. O gasto efetivo, suportado pela ADC, foi de 675.955,77 euros, com IVA, faturados pela RESIESTRELA, SA;
- Substituição do equipamento de recolha indiferenciada à superfície por equipamento semienterrado (tipo molok), garantindo assim uma maior condição de salubridade com a substituição dos sacos em cada recolha;
- Reforço e substituição dos equipamentos de recolha;
- Com a internalização dos serviços de parques e jardins, incrementou-se número de intervenções realizadas, com especial ênfase em limpeza e manutenção de diversos locais, nomeadamente no Teixoso – Quinta Ponte Terra, Tortosendo, Boidobra e Covilhã;
- Criação da zona verde em frente a Estação da CP e do talude em frente ao Hotel Turismo;
- O cumprimento do Plano de Controlo da Qualidade da Água, cujo valor de 99,65% de análises conformes garantem a potabilidade da água que é distribuída aos nossos utentes;
- Deslocalização da loja de atendimento junto ao Pelourinho para o Balcão Único da Covilhã, proporcionando aos nossos clientes uma abrangência de serviços no mesmo local;
- Modificação e reestruturação organizacional do Layout do Front Office (loja de atendimento) e Back Office do setor comercial na sede da empresa, proporcionando melhores condições de atendimento aos nossos clientes e aproximando competências funcionais dos nossos colaboradores;
- Reforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;



- Reforço das atividades de fiscalização, nomeadamente inspeção de contadores e ligações ilícitas.

O ano de 2015 foi também caracterizado por uma gestão orientada para a valorização dos recursos humanos, ou seja, no desenvolvimento e valorização das competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros técnicos refletindo a visão e a aposta do Conselho de Administração na contínua qualificação dos trabalhadores com o incremento das ações de formação e melhoria das condições de trabalho.

Sobre indicadores financeiros de 2015, salienta-se o incremento do volume de negócios em 79.486,00 euros face ao ano de 2014 resultado do incremento da venda de água, o passivo da empresa diminuiu em 2.633.740,00 euros devido à redução da dívida a fornecedores e amortização de financiamento bancário, o aumento do capital próprio da empresa pela incorporação do resultado líquido do exercício de 2014 no valor de 1.042.938,31 euros.

A otimização da operação e de diversos processos traduziu-se na diminuição de 70.683,57 euros na totalidade dos gastos de 2015 face a 2014, os decréscimos mais significativos verificaram-se nos fornecimentos e serviços externos no valor de 176.920,37 €, onde destacamos o decréscimo de 153.669,91 € na rubrica dos subcontratos, não obstante o aumento com a tarifa de concessão de saneamento em 45.560,04 €; gastos e perdas financiamento, no valor de 110.134,35 € e gastos com pessoal, no valor de 100.919,23 €, concomitantemente, os acréscimos dos gastos verificaram-se nas rubricas de: custo das mercadorias e matérias consumidas, com aumento de 203.981,57 €, devido ao incremento da água adquirida à ICOVI, no valor de 163.200,33 € e de materiais no valor de 40.781,24 €, para realização de trabalhos para a própria empresa; perdas por imparidade, no montante de 114.430,33 €.

As realizações alcançadas merecem um agradecimento a todos os trabalhadores e trabalhadoras da ADC – Águas da Covilhã, EM pela sua competência e profissionalismo.

Aos restantes membros dos Órgãos Sociais da ADC, EM, aos Acionistas, agradecemos o espírito de permanente colaboração e apoio, constituindo um incentivo determinante na nossa gestão.



O Conselho de Administração,

João Carlos Izidoro Marques (Presidente do Conselho de Administração)

José Miguel Ribeiro Oliveira (Administrador Executivo)

Francisco José Pereira Morais (Administrador Executivo)



I – INTRODUÇÃO

No cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea s), do nº 3, do artigo 11º dos Estatutos, o Conselho de Administração apresenta o relatório e contas do exercício de 2015, bem como a proposta de aplicação de resultados.

O presente relatório e contas é, ainda, acompanhado da Certificação e Parecer do Fiscal Único.

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é uma empresa pública municipal, constituída em 1 de Abril de 2006, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais), com o número único 507611977 de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, com sede na Rua Ruy Faleiro, Apartado 38, 6201-999 Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).

Em 23 de Junho de 2008, por via de uma operação de cisão, o capital social foi reduzido para 9.000.000 euros. Nesta operação foram destacadas da empresa as infraestruturas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e espaços verdes.

A 10 de julho de 2008, foi assinado um contrato entre o Município da Covilhã e a AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA., cedendo, o Município da Covilhã à AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA., 49% do capital estatutário da ADC – Águas da Covilhã, EM.

Em janeiro de 2009, foi deliberado pelo Município da Covilhã, proceder ao parqueamento da participação social de 51% do capital social da ADC – Águas da Covilhã, EM na ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM, com capital 100% do Município da Covilhã.



II - ÁREAS DE ACTIVIDADE

A Empresa tem como objeto exclusivo, por delegação do Município da Covilhã, nos termos da deliberação da respetiva Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2005 e nos termos do nº 1 do artigo 20º e do artigo 45º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a gestão e exploração, em regime de exclusividade, dos serviços municipais do ambiente, na área do Município da Covilhã, nomeadamente:

-  do abastecimento de água;
-  da drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais;
-  do tratamento de águas residuais urbanas;
-  da limpeza pública;
-  da recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos;
-  dos parques e jardins.

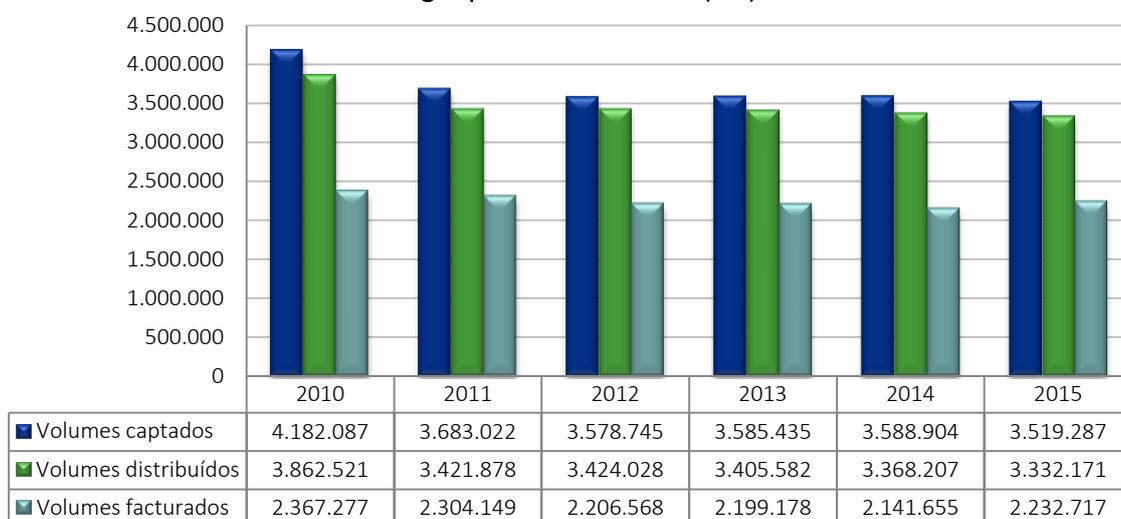
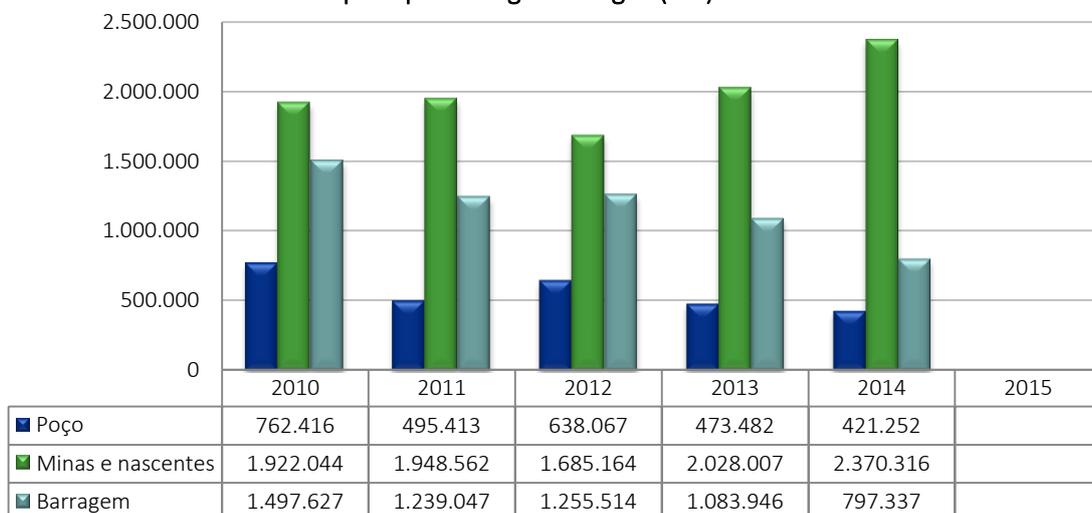
Neste capítulo e na sequência da estratégia de avaliação económica e operacional de internalização de serviços, iniciada em 2014, este conselho de Administração optou por internalizar, já em Janeiro de 2016, o serviço de controlo da qualidade de água.

1 - O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Garantir o normal abastecimento de água para consumo humano, com fiabilidade e com a qualidade adequada, foi o principal objetivo que norteou a atividade da ADC, EM, em 2015, no que respeita ao abastecimento de água.

O abastecimento de água no concelho da Covilhã é feito através de 12 sistemas em baixa: 9 geridos pela ADC e 3 geridos pelas respetivas Juntas de Freguesia de Cortes do Meio, Erada e Unhais da Serra.

Os sistemas da ADC abastecem 99% da população concelhia. O maior sistema de abastecimento tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato, e fornece água a 84% dos habitantes do concelho. Os outros sistemas dependem de captações de água subterrâneas: poços e minas.

Volumes de água para abastecimento (m³)Gráfico 1 Volumes por tipo de origem de água (m³)Volumes por tipo de origem de água (m³)Gráfico 2 Volumes de água por abastecimento(m³)

Toda a água captada para abastecimento da população beneficia de tratamentos físico-químicos, de forma a assegurar a sua potabilidade.

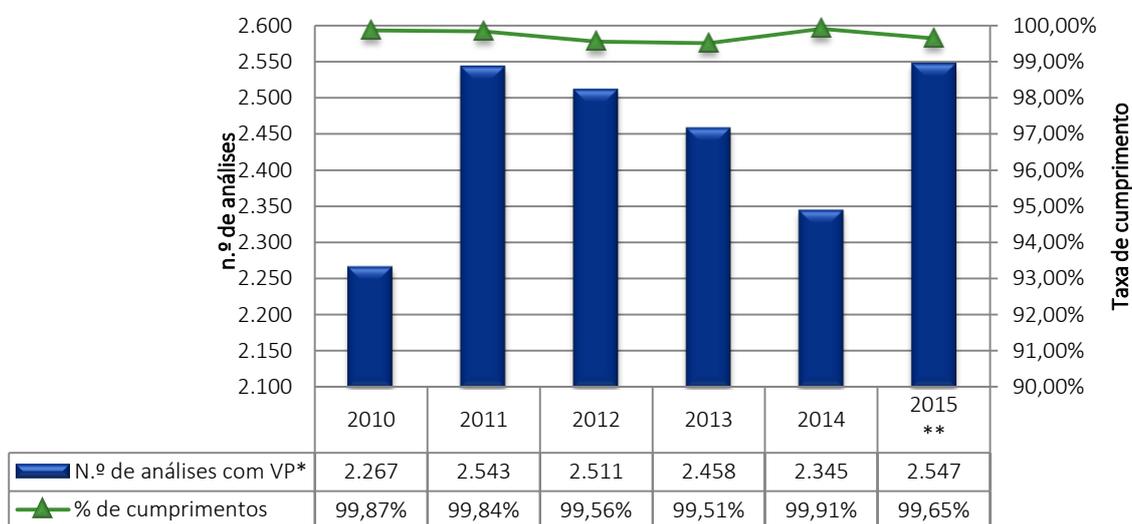
A regularidade do fornecimento da água é assegurada por 64 reservatórios, que possuem uma capacidade total de armazenamento de 25.389 m³.



A ADC é responsável pela exploração e manutenção de 9 sistemas públicos de abastecimento de água no concelho da Covilhã que no total englobam 23 zonas de abastecimento para as quais é elaborado, anualmente um programa de qualidade de água (PCQA) sujeito à aprovação da ERSAR.

Em relação ao cumprimento do PCQA, e à semelhança dos anos anteriores, foram executadas todas as análises previstas representando assim uma taxa de execução de 100%, sendo de 99,65% a percentagem de análises realizadas com cumprimento do valor paramétrico.

Controlo da qualidade da água - PCQA



* - Inclui os parâmetros conservativos da Alta (dados de acordo com a ERSAR).

** - Valores provisórios. Dos 9 incumprimentos 1 diz respeito a um parâmetro conservativo registado na alta (ICOVI).

Gráfico 3 Controlo da qualidade da água



Durante o ano de 2015, no seguimento da participação da ADC no programa Iperdas, em parceria com o LNEC, foi possível caracterizar 29 áreas de análise, com base numa matriz de indicadores, que possibilitaram um estudo mais pormenorizado, identificando os sistemas com menor desempenho. Este trabalho, compilado num relatório intitulado “Plano de gestão de perdas de água e energia”, serve de base para a definição dos investimentos e intervenções a realizar, tendo em conta o seu grau de prioridade.

O desempenho medido em 2014, representava 36,4% de perdas, ou seja, água não faturada. Em 2015 e após o início da implementação do plano, obtivemos uma redução das perdas de água para o valor de 32,9%, maioritariamente devida às intervenções na rede de distribuição de água, onde destacamos as redes do Paúl, de S. Francisco de Assis, Tortosendo (Bairro dos Pinhos Mansos), Teixoso e outras zonas do concelho. Deu-se também início à substituição dos contadores identificados como ineficientes.

Foram também alvo de intervenção alguns reservatórios, que apresentavam deterioração elevada, devido à ausência de investimento de reabilitação nos últimos anos, dando continuidade à realizada em 2014. Destas salientamos as seguintes: a) R2 (Parque Alexandre Aibéu), em que foi necessário efetuar uma intervenção no sentido de minimizar as perdas de água, uma vez que possuía fissuras que vertiam água para a câmara de manobras; b) R21 (Jaringal – Teixoso), que tinha o revestimento da laje de fundo a desfazer-se, tendo havido necessidade de se proceder à remoção do referido revestimento e reposição do mesmo; c) R79 (Srª do Carmo – Teixoso), onde foi substituída a placa de cobertura da câmara de manobras, que apresentava risco de queda; d) R78 (Coutada Superior), onde foi feita a impermeabilização de uma das células; e) R15 (Vila do Carvalho), no qual foi executada a ampliação da câmara de manobras e requalificada a correção de PH e desinfecção; f) outras pequenas intervenções noutros reservatórios.

A ADC, em janeiro de 2016, internalizou o serviço de controlo de qualidade da água, nas freguesias da zona norte e sul do concelho, através da contratação de 4 operadores e aquisição de viaturas. Este serviço, em conjunto com investimentos em ferramentas de controlo - Telegestão (controlo em tempo real dos níveis dos reservatório, teores cloro e pH), com a otimização dos tratamentos, com execução dos planos de desinfecção de reservatórios e manutenção das redes de distribuição, bem como com a implementação dos Planos de Segurança da Água - PSA(*) - Projeto piloto em colaboração com a ERSAR, que irá permitir à ADC um reforço na garantia da qualidade da água distribuída e uma maior capacidade de intervenção nos



sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais —, permite a esta empresa assumir a totalidade do controlo de qualidade da água do concelho.

(*) "Na prática, a garantia da qualidade da água para abastecimento público tem sido baseada na deteção de indesejáveis constituintes microbiológicos, físicos, químicos e radiológicos, potencialmente perigosos para a saúde humana, através da análise de conformidade dos resultados obtidos na monitorização da qualidade da água fornecida aos consumidores com os valores paramétricos estipulados nas Normas legalmente estabelecidas. Esta abordagem tem garantido adequados padrões de qualidade da água para consumo humano, principalmente nos países industrializados, daí resultando elevados níveis de confiança dos consumidores na qualidade do serviço que lhes é prestado" Guia técnico Planos de segurança da água da ERSAR).

Por razões de saúde pública e cumprimento do normativo legal existente sobre a obrigatoriedade de ligação às redes existentes (Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto), dar-se-á continuidade à estratégia de angariação de novos clientes que não estão ligados, em estrita cooperação com as entidades locais, incrementando os procedimentos de fiscalização e notificação de clientes, bem como equacionando decisões de expansão de redes.

Convém salientar que através dos censos de 2011, é possível concluir que existem cerca de 7.890 potenciais clientes, havendo necessidade de retirar a este número os alojamentos vagos e as habitações devolutas, mas que através do trabalho que tem sido desenvolvido de georreferenciação dos códigos de identificação do local e atualizando o cadastro existente, será possível continuar, no decorrer de 2016 (trabalho já iniciado em 2014 e 2015), a identificar as casas e as áreas onde será necessário intensificar a expansão de redes e a fiscalização.

O investimento em SIG / Gestão Operacional, continua a ser uma necessidade que esta empresa pretende colmatar em 2016, por forma a que, através de procedimentos rápidos, seja possível aceder a histórico de ruturas, de consumos, modelação hidráulica, elaboração de balanços hídricos dinâmicos, ordens de serviço realizadas e por realizar, análise de custos e de proveitos, calculo de indicadores de desempenho, etc.. Esta ferramenta permitirá, igualmente, a tomada de decisões de gestão mais racionais e transversais a toda a empresa, uma vez que o sistema integra toda a informação operativa, comercial e financeira, numa única aplicação georreferenciada.



Os objetivos delineados para 2016 são os seguintes:

- Continuar a garantir o normal abastecimento de água para consumo humano com fiabilidade, nunca descurando os critérios de qualidade e de eficiência;
- Redução de perdas de água - A nível do abastecimento a ADC, E.M., tem um longo caminho a percorrer no âmbito da redução de perdas de água nos seus sistemas. O valor de 32,9% em perdas de águas necessita urgentemente de ser reduzido para valores aceitáveis de acordo com a ERSAR.
- Continuidade das obras de reabilitação e recuperação de reservatórios de água, onde destacamos a intervenção no R2 Superior.
- Continuidade da renovação do parque de contadores - o atual estado do parque de contadores obriga a que haja um reforço na sua substituição durante o ano de 2016 no sentido, não só de garantir a manutenção de qualidade da excelência do serviço prestado, bem como de aumentar os indicadores de desempenho associados ao sector de abastecimento de águas.

Ramais de água e saneamento executados

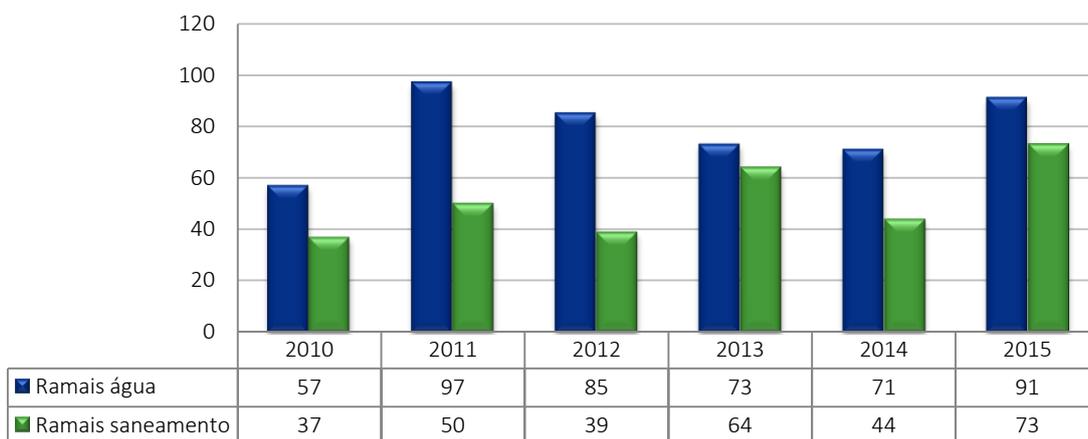


Gráfico 4 Ramais de água e saneamento executados



Tubagem aplicada
(ampliações, substituições e reparações)

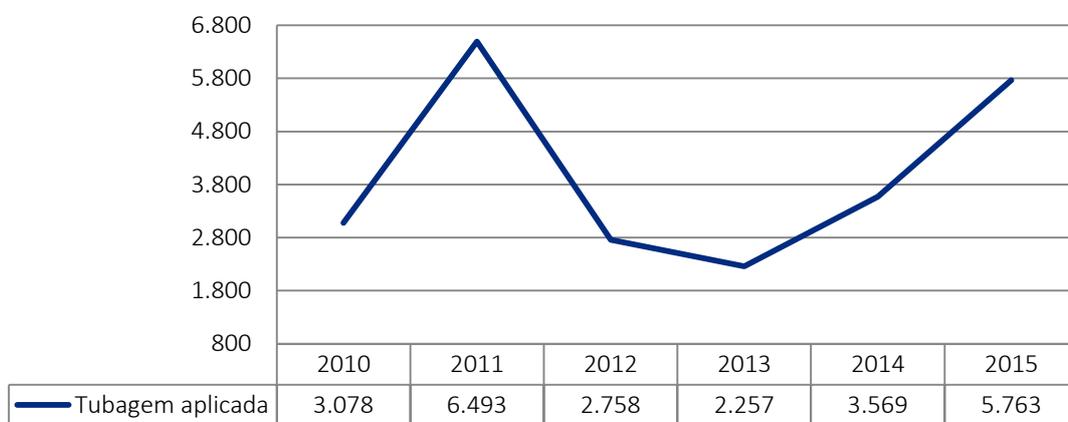


Gráfico 5 Tubagem aplicada

Intervenções do Piquete

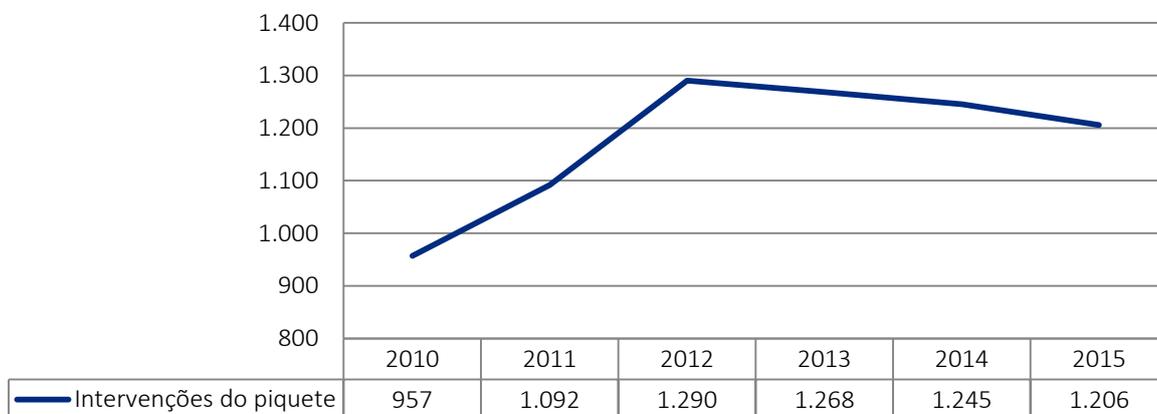


Gráfico 6 intervenções do piquete

2 - O SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS, INDUSTRIAIS E PLUVIAIS

A atividade deste sector consiste na:

- Conservação, manutenção e desobstrução de redes públicas de drenagem de esgoto doméstico e/ou pluvial;
- Limpeza de fossas sépticas;
- Reparação de caixas de visita ou de ramais e subida das mesmas ao nível do pavimento;
- Reparação ou substituição das tampas das caixas de visita e ramal;
- Construção de coletores e ramais;
- Reparação de sarjetas ou sumidouros;
- Manutenção das 9 estações elevatórias e do tamisador nas Penhas da Saúde.

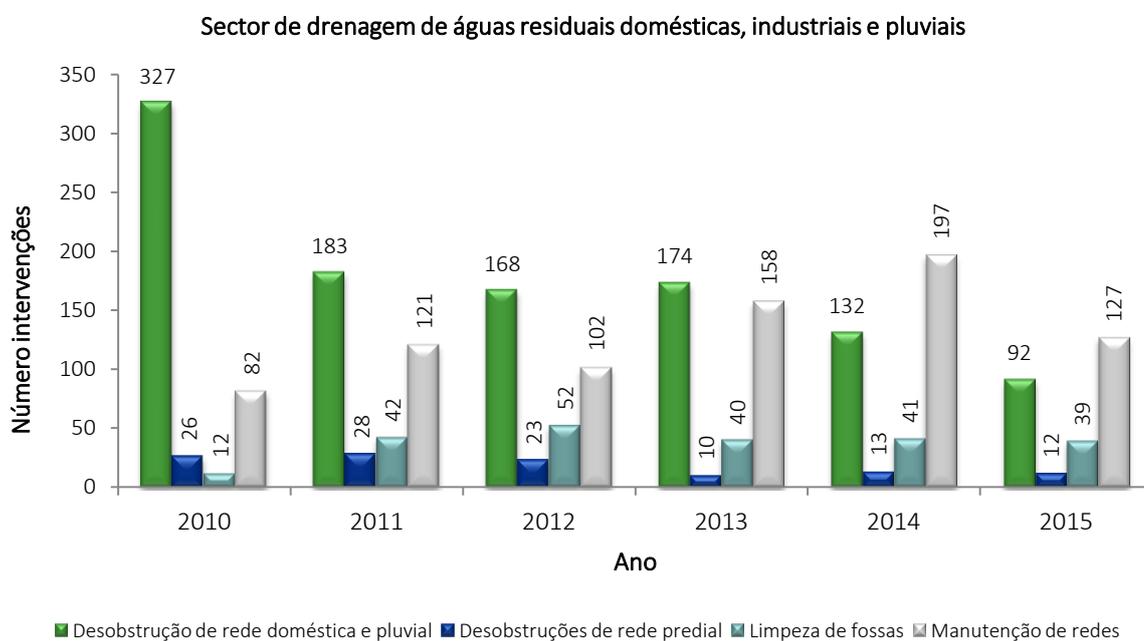


Gráfico 7 Sector de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais



3 – O SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

Em abril de 2005, foi concessionado o serviço de saneamento em alta à Águas da Serra, S.A., pelo período de 30 anos, com base nas condições estipuladas num contrato aceite entre o Município da Covilhã e a referida empresa.

A cláusula que define o tarifário e a faturação do serviço tem por base a evolução progressiva da tarifa (de acordo com o anexo VI do respetivo contrato de concessão) e a evolução dos caudais num incremento anual de 0,5% (de acordo com o anexo VII do referido contrato de concessão). O preço do serviço corresponde ao resultado da multiplicação dos caudais estimados de água a tratar com o valor da respetiva tarifa, sujeita a revisão anual com base numa fórmula que integra o IPC – índice de preço ao consumidor.

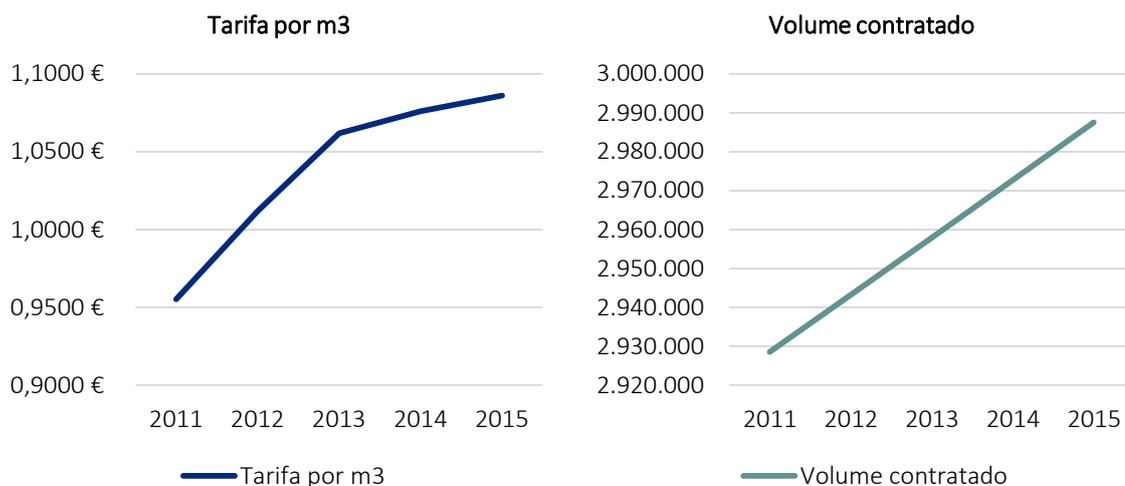


Gráfico 8 Tarifa por m³
Gráfico 9 Volume contratado

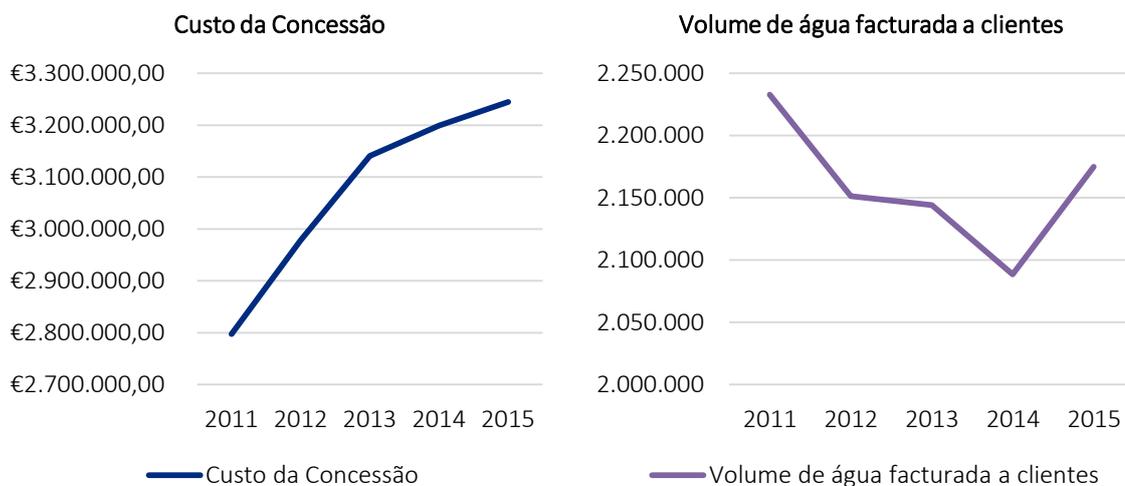


Gráfico 10 Custo da concessão
Gráfico 11 Volume de água facturada a clientes

4 – LIMPEZA PÚBLICA

As tarefas diárias consistem na:

- Limpeza de valetas e desobstrução de sarjetas;
- Corte de arbustos e silvas em taludes;
- Lavagem de passeios e arruamentos;
- Remoção de cartazes publicitários afixados;
- Desratização e desbaratização na cidade.

5 - RECOLHA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

As tarefas diárias consistem na:

- Recolha indiferenciada de Resíduos Urbanos;
- Recolha seletiva de materiais recuperáveis e de objetos volumosos fora de uso, vulgo “monstros”;
- Reparação, substituição e lavagem de contentores;
- Fiscalização das descargas ilegais de resíduos.



Evolução dos gastos com a deposição de RSU

Ano	RSU		Total (€)
	ton/ano	€/ton	
2010	5.631,18	50,72	285.613,45
	11.812,30	48,50	572.896,55
2011	16.688,00	48,50	809.368,00
2012	16.126,36	47,02	758.261,64
2013	16.217,00	46,60	755.673,28
2014	16.640,00	43,40	722.176,00
2015	16.043,00	42,13	675.955,77

Estes valores são com IVA incluído

Tabela 1 Evolução dos gastos com a deposição de RSU

Gastos com a deposição de RSU indiferenciados

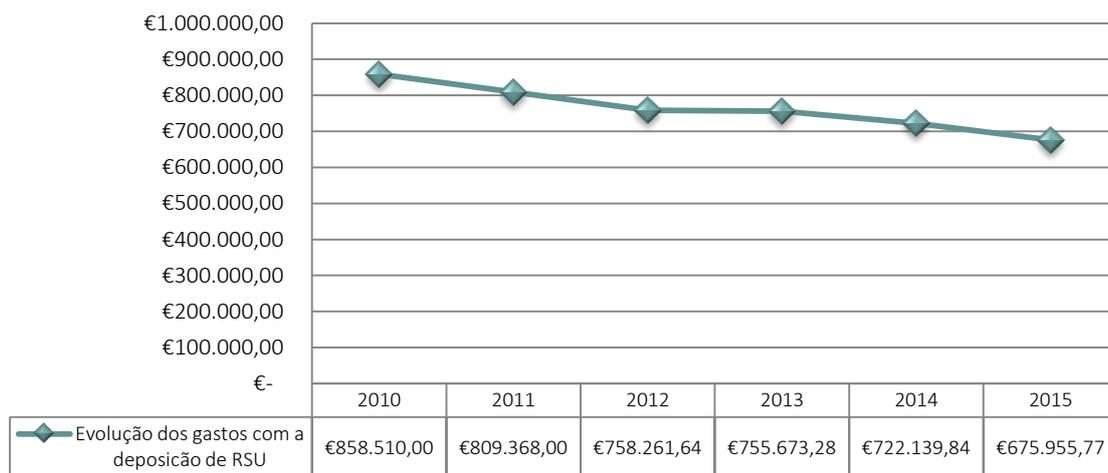


Gráfico 12 Gastos com a deposição de RSU



Quantidades recolhidas de RSU indiferenciados

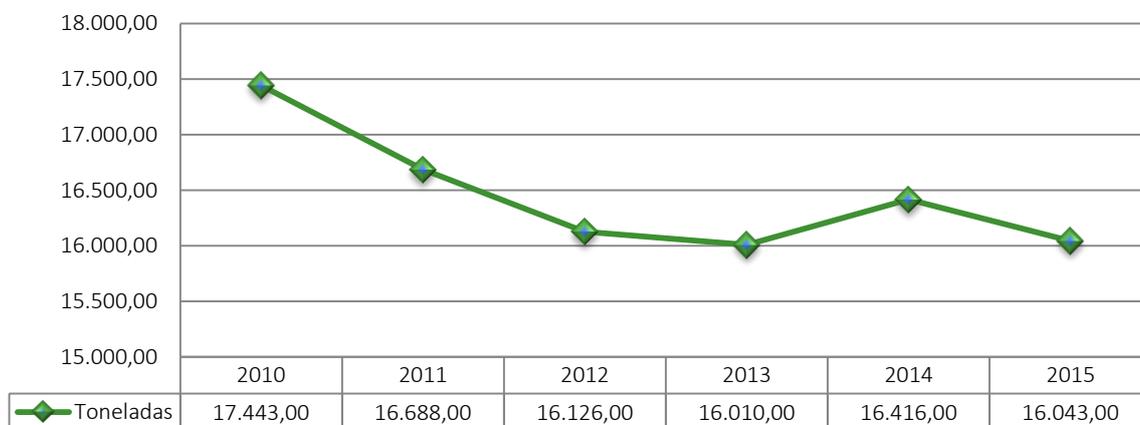


Gráfico 13 Quantidades recolhidas de RSU indiferenciados

No ano de 2015 foram depositadas 16.043 toneladas de resíduos sólidos indiferenciados com um gasto efetivo, suportado pela ADC, num total de 675.955,77 euros, com IVA, faturados pela RESIESTRELA, SA. A redução do custo unitário com a deposição permitiu que houvesse uma redução do gasto com este serviço, bem como por se ter verificado um decréscimo de toneladas depositadas.

Desde fevereiro de 2013 que a recolha seletiva é feita pela RESIESTRELA, SA. Importa realçar que a reciclagem continua a ser uma preocupação para a ADC, pelo que já em 2014 e em 2015 foram realizadas ações conjuntas que serão intensificadas no decorrer do ano de 2016, promovendo assim esta empresa municipal a diminuição da quantidade de RSU que vai para deposição.

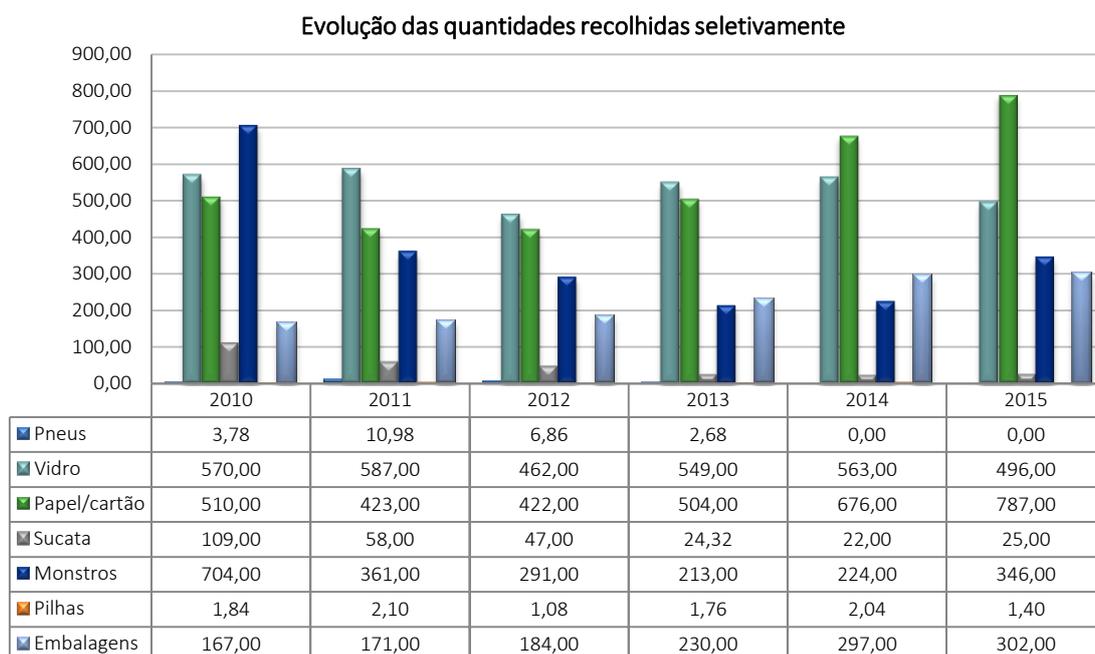


Gráfico 14 Evolução das quantidades recolhidas seletivamente

6 - PARQUES E JARDINS

A atividade desta área traduz-se na requalificação e manutenção de espaços públicos, incluindo a rega com água não tratada, que passa pela manutenção de poços/reservatórios e da respetiva rede de distribuição. O Viveiro Municipal produz espécies utilizadas nos espaços verdes do concelho.

A decisão do Conselho de Administração em 2014 de, em substituição de serviços em outsourcing, optar pela contratação de pessoal para realização dos trabalhos acima referidos por administração direta, permitiu que os gastos diretos deste setor se mantivessem. A decisão refletiu-se ao nível do número de intervenções realizadas, com especial ênfase em limpeza e manutenção de diversos locais que há muito que não eram intervencionados, tal como a realização parcial de podas de árvores na cidade.



Prestações de Serviço do Sector Parques e Jardins

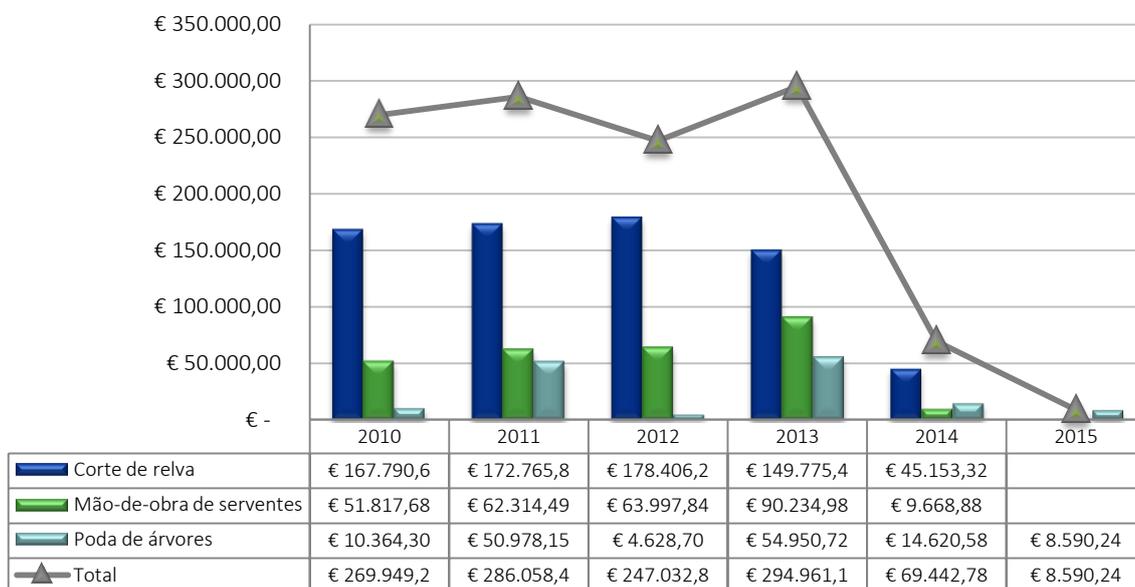


Gráfico 15 Prestações de serviço do sector parques e jardins

Gastos diretos anuais setor Parques e Jardins

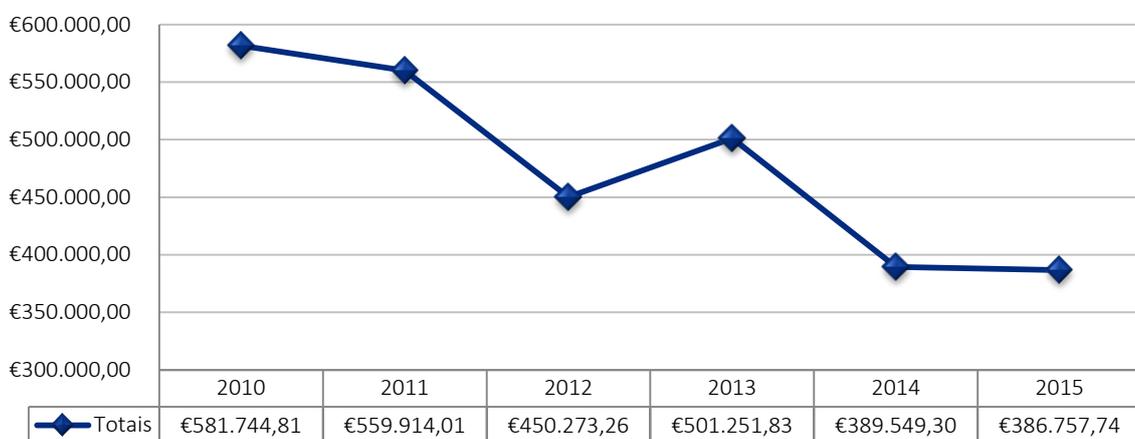


Gráfico 16 Gastos diretos anuais setor parques e jardins



III - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

1 – ATIVO

A) Ativo não Corrente

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

No decorrer do ano de 2015 foram realizados investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 219.605,67 euros, destacando-se os seguintes:

Investimento realizado					
	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	Ano 2012	Ano 2011
Ampliação/Remodelação de redes de água	118.996,85 €			37.782,36 €	70.201,00 €
Ampliação/Remodelação de redes de águas residuais	3.518,54 €	13.003,25 €			
Conservação e equipamentos reservatórios	16.424,40 €	2.180,00 €			6.372,00 €
Edif. Serviços operativos - PIC				77.443,00 €	
Viveiro municipal		8.622,42 €			
Equipamento de transporte	10.406,51 €	84.171,30 €			23.853,00 €
Contadores	26.923,86 €	25.701,90 €	27.838,79 €	30.235,38 €	33.461,00 €
Equipamentos RSU's	439,98 €	4.000,00 €	6.413,13 €		6.351,00 €
Programas de computador	1.544,80 €	10.563,11 €	80,00 €	12.965,79 €	14.220,00 €
Outros investimentos	41.350,73 €	23.012,64 €	6.132,63 €	18.744,92 €	13.108,00 €
Total	219.605,67 €	171.254,62 €	40.464,55 €	177.171,45 €	167.566,00 €

Tabela 2 Investimento realizado

O ano de 2015 foi marcado por uma nítida inversão ao nível do investimento realizado, representando um valor de 128% face ao realizado em 2014 e 543% face ao realizado em 2013. Desde 2010 que se verifica uma baixa taxa de execução orçamental na rúbrica dos investimentos, contudo, ainda assim, em 2015 observou-se a melhor taxa de execução dos últimos 5 anos, situada nos 27%.

Os investimentos realizados em 2015 contribuíram para a manutenção da fiabilidade e para o aumento da independência nos serviços prestados, bem como para a adequação dos meios à atividade da empresa. Destacamos intervenções em reservatórios e condutas, aquisição de meios de transporte, obras de melhoramento e adequação em balneários, refeitório e locais utilizados por colaboradores, modernização dos sistemas de impressão, digitalização e de comunicações,



modernização do parque de computadores, telegestão/telemetria, melhoramento da plataforma de gestão de correspondência já existente, entre outros.

Contudo, entende a administração que 2014 e 2015 serviram como anos de análise para avaliação de investimentos estratégicos para a empresa e que pretende continuar a levar a cabo nos próximos anos.

Evolução dos Investimentos

Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Investimentos	179.181,96 €	167.566,14 €	177.171,00 €	40.464,55 €	171.254,62 €	219.605,67 €

Tabela 3 Evolução dos investimentos

Evolução dos investimentos

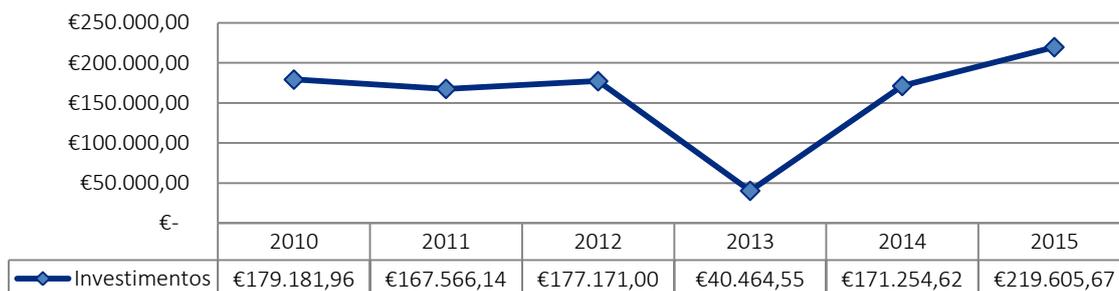


Gráfico 17 Evolução dos investimentos

Investimentos

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Realizado	179.182,00 €	167.566,00 €	177.171,45 €	40.464,55 €	171.254,62 €	219.605,67 €
Previsto	1.294.900,00 €	849.100,00 €	881.978,00 €	754.750,00 €	734.750,00 €	807.150,00 €
Desvio	- 1.115.718,00 €	- 681.534,00 €	-704.806,55 €	-714.285,45 €	-563.495,38 €	-587.544,33 €
Taxa Execução	13,84%	19,73%	20,09%	5,36%	23,31%	27,21%

Tabela 4 Investimentos

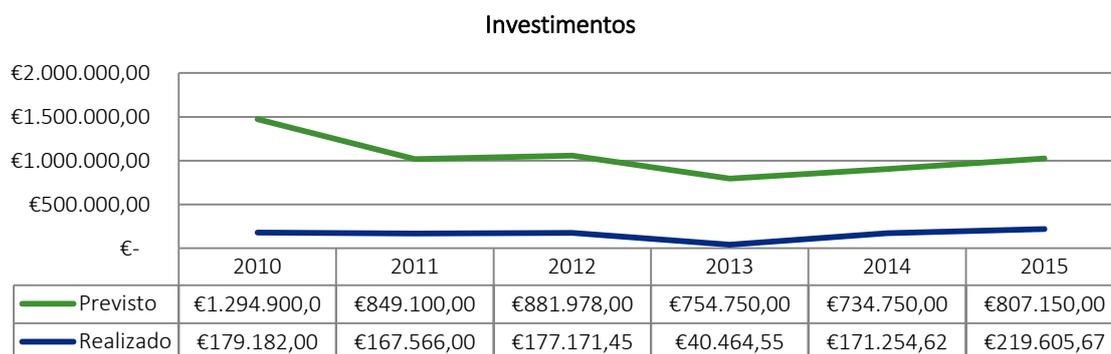


Gráfico 18 Investimentos

B) Ativo Corrente

Inventários

As existências de materiais apresentavam no final de 2015 um valor de 261.809,85 euros, destacando-se as matérias-primas para o sector da água com 193.063,59 euros e as matérias-primas de saneamento com 39.160,60 euros.

As perdas por imparidade nos inventários registavam, à data de 31 de dezembro, o montante de 26.319,94 euros.

Clientes

O valor das dívidas de clientes apresentava a 31 de dezembro de 2015 um saldo de 1.969.216,43 euros, sendo 1.244.221,96 euros de clientes da faturação de água e de prestações de serviços e 724.994,47 euros referentes a clientes de cobrança duvidosa, para os quais está contabilizada uma perda por imparidade de igual montante.



Outras contas a receber

O valor de 6.844.596,89 euros apresentado no Balanço, respeita fundamentalmente à contabilização na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos”, dos subsídios à exploração devidos pelo Município da Covilhã, e respeitantes aos anos de 2010, 2012, 2013, 2014 e 2015, no montante global de 4.237.704,00 euros, e ainda ao registo do valor de 2.145.000 euros relativos à compensação do valor a receber da ADS -Águas da Serra, SA, por via da antecipação da totalidade dos dividendos, no montante global atualizado de 2.145.000 euros, a receber pelo Município da Covilhã (por deter 30% do capital social daquela empresa). Entendemos que este registo carece de esclarecimentos que serão solicitados aos Acionistas; contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos.

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 o valor registado em Caixa e Depósitos Bancários ascendia a 922.126,66 euros.



2 – PASSIVO

A) Passivo não Corrente

Financiamentos obtidos

O valor de 4.026.963,46 euros apresentado no Balanço está deduzido das amortizações a pagar durante o ano de 2016, e respeita a dois empréstimos bancários de médio prazo, contraídos com o Santander e com o Millennium-bcp, nos montantes de 2.000.000,00 e 2.900.000,00, respetivamente. Aquele montante inclui ainda 2.000.000,00 euros respeitantes ao suprimento do acionista privado efetuado aquando da aquisição dos 49% do capital social desta empresa.

Outras contas a pagar

O montante de 4.495.057,87 euros refletido nesta rubrica encontra-se coberto com protocolos de acordo desta empresa com factoring contratado por fornecedores e empreiteiros, sendo pago com amortizações mensais.

É de salientar que no ano de 2015 foram liquidados 654.000,00 euros, que, levando em linha de conta a conjuntura local e nacional, representou um enorme esforço de redução do passivo.

B) Passivo Corrente

Fornecedores

Nesta rubrica importa salientar que, cerca de 75% do seu valor se encontra concentrado em dois fornecedores, a saber:

-  2.006.170,32 euros de dívida à ADS – Águas da Serra, SA, referente à concessão do serviço de saneamento em alta e;
-  618.784,46 euros à Resiestrela, SA..



Em setembro de 2013 a ADC assinou com a Resiestrela o Contrato de Entrega e Receção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e de Recolha Seletiva para a Valorização, Tratamento e Destino Final, tendo pago a dívida para com a Águas do Zêzere e Côa e para com a Resiestrela, através de cheques no valor de 4.215.131,17 euros, utilizando os montantes dos empréstimos bancários. Foi igualmente liquidado o montante de 560.984,11 euros através da dação em cumprimento pela transmissão da propriedade de bens afetos ao sector dos resíduos sólidos, nomeadamente, a estação de transferência e o ecocentro e equipamento básico.

A ADC reconheceu a obrigação de pagamento à Resiestrela de 589.389,12 euros, que serão liquidados em 171 prestações com o débito, para efeito de encontro de contas, de faturas emitidas à Resiestrela pela prestação de serviços de gestão e manutenção do Ecocentro. À data de 31 de dezembro de 2015 já tinham sido liquidadas 27 prestações.

Financiamentos obtidos

O valor de 1.089.168,80 euros inscrito nesta rubrica respeita aos empréstimos bancários contraídos por esta empresa municipal, referidos anteriormente, e cujas amortizações ocorrem durante o ano de 2016.

Outras contas a pagar

Nesta rubrica estão refletidos 654.000,00 euros referentes às amortizações mensais dos protocolos de acordo com factoring contratado por fornecedores e empreiteiros, que se vencem em 2016.

De salientar ainda o montante 2.966.754,13 euros contabilizados em “Credores por acréscimos de gastos”. O valor mais significativo registado nesta rubrica, 2.145.000,00 euros, respeita ao gasto com a assistência técnica de gestão da AGS – Hidirbe. Entendemos que este registo carece de esclarecimentos que serão solicitados aos Acionistas; contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos.



Foram contabilizados 278.705,03 euros relativos à estimativa de férias, subsídio de férias e encargos.

Está também incluído o valor de 32.487,12 euros relativos à dívida por “depósito de garantia”, respeitante às garantias da execução de obras pelos empreiteiros, em função dos valores contratados.

3 – CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da ADC ascende, no final do exercício, a 11.032.865,99 euros, com evidência para o valor dos Resultados Transitados que incorporaram o Resultado Líquido de 2014.

4 – RENDIMENTOS

Importa referir que:

-  As vendas de água apresentam um valor de 2.478.048,15 euros (já deduzido do valor do desconto do cartão do idoso de 5.751,88 euros), superior em 3,49% face ao ano anterior.
-  As prestações de serviços apresentam um valor líquido de 8.431.332,58 euros, sendo 2.362.874,04 euros do sector da água; 4.182.238,25 euros do sector do saneamento e 1.777.361,02 euros do sector dos resíduos sólidos.
-  O valor do desconto do cartão do idoso afeto às prestações de serviços foi de 18.356,64 euros.
-  Os serviços diversos prestados a terceiros desde reparações de ruturas nas redes públicas de distribuição de água, limpeza de coletores de esgoto e fossas sépticas, entre outros, apresentavam no final do exercício um valor de 6.051,52 euros.
-  A tarifa de encargos de cobrança registou um valor de 121.164,39 euros.
-  O desconto do idoso apresentou um valor global de 24.108,52 euros.
-  Os trabalhos para a própria entidade registaram um valor de 74.700,87 euros.
-  Em “Subsídios à Exploração” foi contabilizado, por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos”, o montante de 547.639,00 euros, respeitante aos Contratos Programa para o ano de 2015, e 16.055,49 euros referentes a subsídios do I.E.F.P..



- Na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” importa salientar os valores de 33.626,52 e 22.939,92 euros, relativos à recuperação de custos imputados à Resietrela e à Icovi, respetivamente.
- Foi contabilizado o montante de 15.014,40 euros resultantes da transferência dos subsídios ao investimento de “Outras variações no capital próprio - Subsídios” na proporção da amortização dos bens subsidiados.
- Em 2015, o total dos rendimentos registou uma diminuição de 74.365,75 euros, correspondendo a -0,63%.

Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas de Rendimentos:

Rendimentos				
Rubricas	Ano 2014	Ano 2015	Variações 2014-2015	Peso na estrutura 2015
71 Vendas	2.394.579,63	2.478.048,15	3,49%	21,21%
72 Prestações de Serviços	8.435.316,23	8.431.332,58	-0,05%	72,16%
74 Trabalhos para a própria empresa	0,00	74.700,87	-	1%
75 Subsídios à Exploração	756.419,00	563.694,49	-25,48%	4,82%
76 Reversões	18.229,18	5.328,12	-70,77%	0,05%
78 Outros rendimentos e ganhos	125.449,58	110.665,96	-11,78%	0,95%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	29.342,34	21.200,04	-27,75%	0,18%
Total	11.759.335,96 €	11.684.970,21 €	-0,63%	100,00%

Tabela 5 Origem dos rendimentos

Evolução dos Rendimentos (€)						
SN C	2010	2011	2012	2013	2014	2015
71 Vendas	2.636.640,79	2.719.215,49	2.674.670,78	2.486.050,45	2.394.579,63	2.478.048,15
72 Prestações de Serviços	6.123.458,46	7.664.295,10	7.940.268,22	8.388.211,43	8.435.316,23	8.431.332,58
74 Trabalhos para a própria empresa	15.528,22	41.090,66	26.976,26	0,00	0,00	74.700,87
75 Subsídios à Exploração	1.388.000,00	799.236,00	902.297,00	643.349,04	756.419,00	563.694,49
76 Reversões	5.271,89	3.615,36	9.812,57	22.694,22	18.229,18	5.328,12
78 Outros rendimentos e ganhos	563.245,08	523.096,58	535.754,18	176.123,57	125.449,58	110.665,96
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	20.251,31	45.097,57	34.731,09	51.848,36	29.342,34	21.200,04
Total	10.752.395,75	11.795.646,76	12.124.510,10	11.768.277,07	11.759.335,96	11.684.970,21

Tabela 6 Evolução dos rendimentos

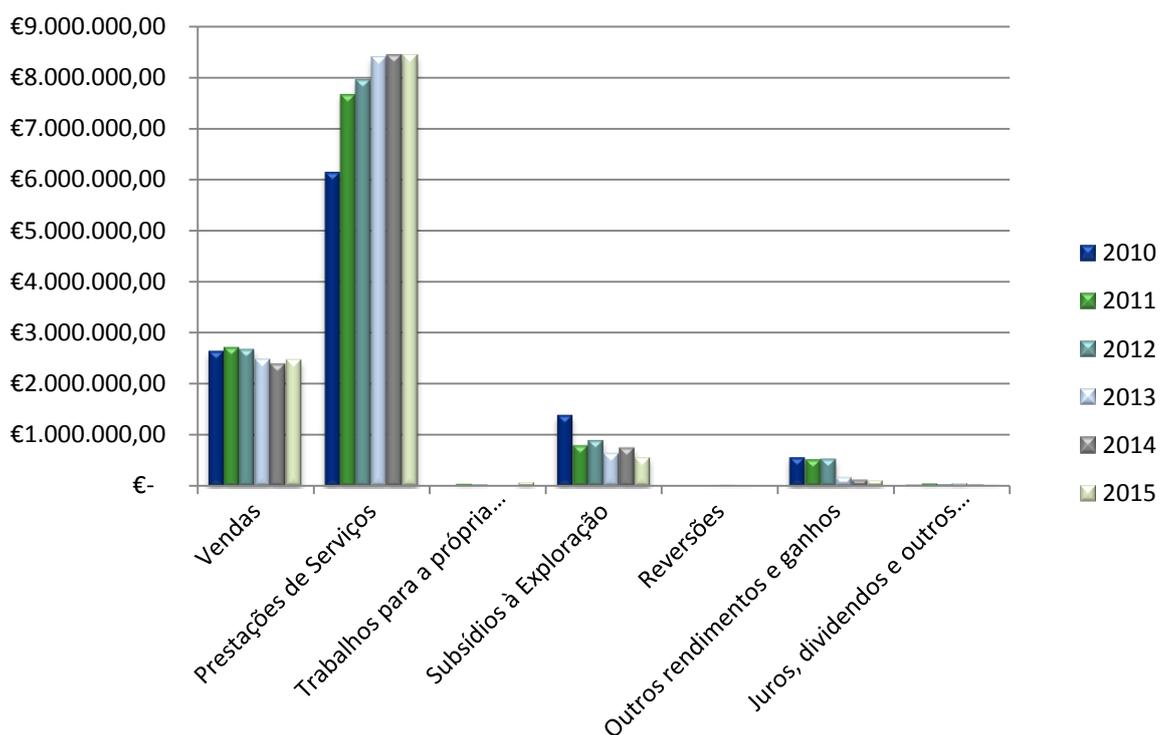


Gráfico 19 Origem dos rendimentos

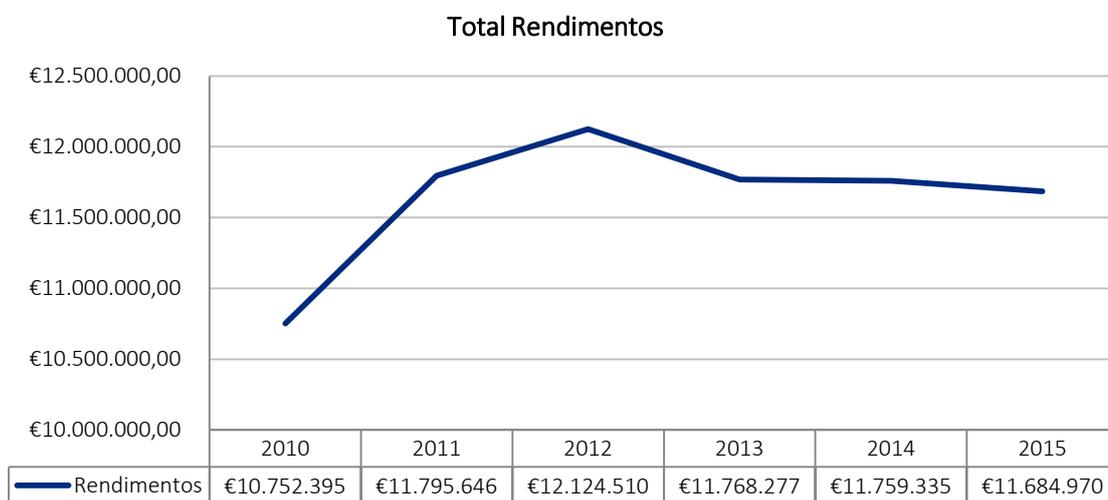


Gráfico 20 Evolução dos rendimentos



Prestações de Serviços

Rubricas	Ano 2014	Ano 2015	Variações 2014-2015	Peso na estrutura 2015
Sector Água	2.351.558,64	2.362.874,04	0,48%	28,02%
Tarifa de disponibilidade	2.184.931,60	2.171.934,74	-0,59%	25,76%
Tarifa de ligação de contador	101.173,86	112.071,27	10,77%	1,33%
Ramais	32.899,59	44.827,55	36,26%	0,53%
Outras tarifas	32.553,59	34.040,48	4,57%	0,40%
Sector de Saneamento	4.165.408,25	4.182.238,25	0,40%	49,60%
Tarifa de saneamento	3.341.014,99	3.400.111,30	1,77%	40,33%
Tarifa de disponibilidade	756.205,54	716.057,37	-5,31%	8,49%
Ramais	11.594,44	31.837,98	174,60%	0,38%
Outras tarifas	56.593,28	34.231,60	-39,51%	0,41%
Sector dos Resíduos Sólidos	1.815.147,39	1.777.361,02	-2,08%	21,08%
Desconto do cartão do idoso	-17.411,34	-18.356,64	5,43%	-0,22%
Outras tarifas e serviços diversos	120.613,29	127.215,91	5,47%	1,51%
Total	8.435.316,23 €	8.431.332,58 €	-0,05%	100%

Tabela 7 Evolução das Prestações de Serviços

Evolução das Prestações de Serviço (€)

Rubricas	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Sector Água	1.889.809,67	2.063.893,84	2.076.680,32	2.316.656,07	2.351.558,64	2.362.874,04
Tarifa de disponibilidade	1.675.643,63	1.813.725,14	1.872.638,11	2.133.819,05	2.184.931,60	2.171.934,74
Tarifa de ligação de contador	111.239,96	112.953,81	107.716,14	111.976,01	101.173,86	112.071,27
Ramais	28.852,06	89.626,19	53.038,56	33.402,30	32.899,59	44.827,55
Outras tarifas	74.074,02	47.588,70	43.287,51	37.458,71	32.553,59	34.040,48
Sector de Saneamento	3.208.038,09	4.121.715,75	4.008.723,60	4.166.980,33	4.165.408,25	4.182.238,25
Tarifa de saneamento	3.184.305,10	3.520.084,38	3.356.457,84	3.360.886,58	3.341.014,99	3.400.111,30
Tarifa de disponibilidade	0,00	529.045,73	571.949,33	736.875,02	756.205,54	716.057,37
Ramais	19.187,40	20.352,70	25.759,68	25.760,11	11.594,44	31.837,98
Outras tarifas	4.545,59	52.232,94	54.556,75	43.458,62	56.593,28	34.231,60
Sector dos Resíduos Sólidos	1.213.979,38	1.467.664,04	1.775.147,58	1.798.579,22	1.815.147,39	1.777.361,02
Desconto do cartão do idoso	-293.055,62	-93.976,06	-32.751,52	-17.511,07	-17.411,34	-18.356,64
Outras tarifas e serviços diversos	104.686,94	104.997,53	112.468,24	123.506,88	120.613,29	127.215,91
Total	6.123.458,46	7.664.295,10	7.940.268,22	8.388.211,43	8.435.316,23	8.431.332,58

Tabela 8 Evolução das prestações de serviços



5 – GASTOS

A totalidade dos gastos de 2015 diminuiu 70.683,57 euros face a 2014, tendo sido os mais baixos dos últimos 5 anos. Contudo, entendemos que continua a haver margem para redução, por via da continuidade na política de aumento de eficiência da empresa, através da redefinição de procedimentos e da continuidade de investimento estratégico e de modernização. As medidas implementadas no decorrer de 2014 e 2015, já se fazem representar neste resultado. Todavia e tendo em conta o momento da sua decisão e aplicação, cremos que em 2016 o seu reflexo será substancialmente superior.

Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas dos Gastos:

Gastos					
SNC	Rubricas	Ano 2014	Ano 2015	Variações 2014-2015	Peso na estrutura 2015
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	518.707,32	722.688,89	39,32%	6,85%
62	Fornecimentos serviços externos	6.440.618,83	6.263.698,46	-2,75%	59,38%
63	Gastos com pessoal	2.293.929,91	2.193.010,68	-4,40%	20,79%
64	Gastos de depreciação e de amortizações	858.909,00	854.426,22	-0,52%	8,10%
65	Perdas por imparidade	0,00	114.430,33	100,00%	1,08%
67	Provisões do exercício	0,00	0,00		0,00%
68	Outros gastos e perdas	42.286,29	45.647,55	7,95%	0,43%
69	Gastos e perdas de financiamento	463.871,72	353.737,37	-23,74%	3,35%
	Total	10.618.323,07 €	10.547.639,50 €	-0,67%	100,00%

Tabela 9 Rúbricas dos gastos

Evolução dos gastos (€)							
SNC		2010	2011	2012	2013	2014	2015
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	672.290,83	537.726,89	733.457,27	648.178,86	518.707,32	722.688,89
62	Fornecimentos serviços externos	6.560.658,04	6.645.238,69	6.608.084,92	6.692.233,36	6.440.618,83	6.263.698,46
63	Gastos com pessoal	2.564.915,72	2.298.141,04	2.231.839,11	2.119.596,33	2.293.929,91	2.193.010,68
64	Gastos de depreciação e de amortizações	943.365,20	922.978,98	926.894,22	907.937,45	858.909,00	854.426,22
65	Perdas por imparidade	99.739,79	132.033,04	44.412,39	57.873,02	0,00	114.430,33
67	Provisões do exercício	0,00	51.705,57	201.065,96	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	73.269,34	61.676,30	40.377,86	53.519,12	42.286,29	45.647,55
69	Gastos e perdas de financiamento	370.577,30	518.394,72	397.188,53	408.780,17	463.871,72	353.737,37
	Total	11.284.816,22	11.167.895,23	11.183.320,26	10.888.118,31	10.618.323,07	10.547.639,50

Tabela 10 Evolução dos gastos



Gráfico 21 Evolução dos gastos

Os decréscimos mais significativos verificaram-se nos seguintes gastos: a) fornecimentos e serviços externos no valor de 176.920,37 €, onde destacamos o decréscimo de 153.669,91 € na rubrica dos subcontratos, não obstante o aumento com a tarifa de concessão de saneamento em 45.560,04 €; b) gastos e perdas financiamento, no valor de 110.134,35 €; c) gastos com pessoal, no valor de 100.919,23 €.

Concomitantemente, os acréscimos dos gastos verificaram-se nas rubricas de: a) custo das mercadorias e matérias consumidas, com aumento de 203.981,57 €, devido ao incremento da água adquirida à ICOVI, no valor de 163.200,33 € e de materiais no valor de 40.781,24 €, para realização de trabalhos para a própria empresa; b) perdas por imparidade, no montante de 114.430,33 €.

6 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2015 foi de 1.045.699,19 euros, registando em relação ao ano anterior um aumento de 0,264%, com mais 2.760,88 euros, dando continuidade ao acréscimo de valor à empresa.

Evolução dos Resultados Líquidos do Exercício (€)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Líquido do Exercício	-538.116,41	622.765,83	841.572,13	797.890,74	1.042.938,31	1.045.699,19

Tabela 11 Evolução dos resultados líquidos do exercício

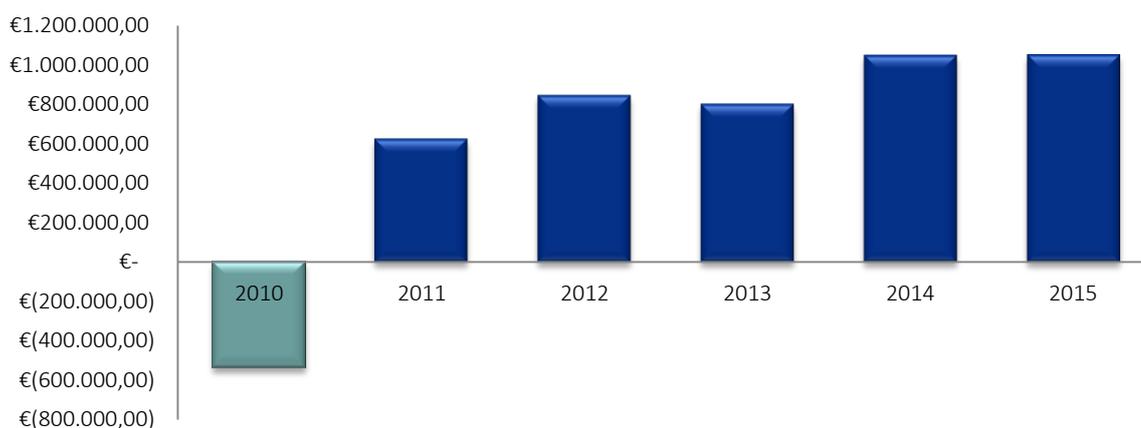


Gráfico 22 Evolução dos resultados líquidos do exercício

7 - RÁCIOS E INDICADORES

	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	Ano 2012	Ano 2011	Ano 2010
Capital Social	9.000.000,00 €	9.000.000,00 €	9.000.000,00 €	9.000.000,00 €	9.000.000,00 €	9.000.000,00 €
Água Faturada (m ³)	2.232.717	2.141.655	2.199.178	2.206.568	2.304.149	2.367.277
N.º de Trabalhadores	120	120	116	116	125	127

Tabela 12 Rácios e indicadores - I

	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	Ano 2012	Ano 2011	Ano 2010
Volume de Negócios	10.909.380,73 €	10.829.895,86 €	10.874.261,88 €	10.614.939,00 €	10.383.510,59 €	8.760.099,25 €
Resultado Líquido	1.045.699,19 €	1.042.938,31 €	797.890,74 €	841.572,13 €	622.765,83 €	-538.116,41 €
Ativo Líquido	28.070.925,98 €	29.673.981,10 €	28.425.587,08 €	30.233.289,90 €	29.703.533,19 €	30.413.553,59 €
Passivo	17.038.059,99 €	19.671.799,90 €	19.451.329,79 €	21.317.016,95 €	21.613.817,97 €	23.057.139,45 €
Capital Próprio	11.032.865,99 €	10.002.181,20 €	8.974.257,29 €	8.916.272,95 €	8.089.715,22 €	7.356.414,14 €

Tabela 13 Rácios e indicadores - II

	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Solvabilidade Total	0,65	0,51	0,46	0,42	0,37	0,32
Autonomia Financeira	0,39	0,34	0,32	0,29	0,27	0,24
Liquidez Geral	1,11	1,12	1,12	0,70	0,74	0,35
Rentabilidade do Activo	0,04	0,04	0,03	0,03	0,02	-0,02
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,09	0,10	0,09	0,09	0,08	-0,07
Rentabilidade Líquida das Vendas	0,10	0,10	0,07	0,08	0,06	-0,06

Tabela 14 Rácios e indicadores - III



Como se conclui pela análise dos quadros, a situação económica e financeira da ADC tem vindo a melhorar consideravelmente, reforçando a sua autonomia financeira e o seu grau de solvabilidade, e a estabilidade do rácio de liquidez geral.

O valor dos Resultados Líquidos do Exercício aumentou, com a consequente evolução favorável das taxas de rentabilidade.



IV – ÁREA COMERCIAL

Na área comercial é de salientar os objetivos atingidos no ano de 2015:

- Deslocalização da loja de atendimento junto ao Pelourinho para o Balcão Único da Covilhã, proporcionando aos nossos clientes uma abrangência de serviços no mesmo local;
- Modificação e reestruturação organizacional do Layout do Front office (loja de atendimento) e back office do setor comercial na sede da empresa, proporcionando melhores condições de atendimento aos nossos clientes e aproximando competências funcionais dos nossos colaboradores;
- Lançamento do concurso e adjudicação de novos canais de cobrança;
- Redefinição do organograma do sector comercial e descritivo de funções;
- Início de novos procedimentos de cobrança;
- Reforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;
- Plano de substituição de contadores diminuindo assim perdas por submedição;
- Conceção do novo layout da fatura a clientes;
- Implementação de novas minutas de celebração de acordo de pagamento com força executiva;
- Procedimentos de análise consumos em especial grandes clientes;
- Alteração da metodologia de cálculo de estimativas;
- Implementação de novos reportes comerciais;
- Reforço das atividades de fiscalização, nomeadamente inspeção de contadores e ligações ilícitas.

No decorrer do ano de 2015, registou-se um decréscimo de 51 consumidores. Contudo, verificou-se um aumento nos consumos em 86.225 m³ relativamente a 2014, sendo 2015 o ano da inversão do decréscimo de água faturada verificado desde 2010. Esta variação positiva deve-se ao início da campanha de substituição de contadores antigos, que permitem uma leitura real, bem como, à remodelação das redes de incêndio instaladas junto de contadores de grande calibre. Assim, o valor das vendas aumentou 3,49% em relação a 2014.

Em 2015 não houve alteração no tarifário.



Os clientes desta empresa são maioritariamente domésticos, representando estes, cerca de 92% do total, 73% do consumo faturado e 47 % do valor da faturação de água.

	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Nº Clientes no início do ano	27.700	27.875	27.898	27.837	27.804	27.749
Nº Clientes no fim do ano	27.875	27.898	27.837	27.804	27.749	27.698

Tabela 15 Evolução de clientes

Nota: inclui contratos de consumos próprios que no início de ano eram 229 e no final de 2015 o número ascendia a 231.

Estrutura do Tipo de Consumidores / Faturação de Água (2015)

Tipo	Número	%	m3	%	Euros	%
Domésticos	25.401	91,71%	1.626.664	72,86%	1.125.731,10 €	45,43%
Com./Ind.	1.628	6%	329.508	14,76%	815.409,31 €	32,91%
Outros	438	1,58%	218.652	9,79%	536.907,74 €	21,67%
Total	27.467	99,17%	2.174.824	97,52%	2.478.048,15 €	100%
Cons. Próprios	231	0,83%	57.893	2,59%	€	0%
Total	27.698	100%	2.232.717	100%	2.478.048,15 €	100%

Tabela 16 Estrutura do tipo de consumidores / faturação de água 2015

Evolução da água consumida em m³

Tipo de Consumidor	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Doméstico	1.766.017	1.704.155	1.636.726	1.623.686	1.582.082	1.626.664
Com./Ind.	262.823	225.608	229.710	248.133	270.381	329.508
Outros	290.563	303.234	284.835	272.451	236.136	218.652
Total	2.319.403	2.232.997	2.151.271	2.144.270	2.088.599	2.174.824
Consumos Próprios	47.874	71.152	55.297	54.908	53.056	57.893
Total	2.367.277	2.304.149	2.206.568	2.199.178	2.141.655	2.232.717

Tabela 17 Evolução da água consumida m³



Número e consumo por tipo de cliente

Tipo de clientes	Número			m ³ facturados		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Domésticos	25.013	24.949	24.901	1.590.824	1.556.322	1.598.513
Domésticos idosos	467	495	500	32.862	25.760	28.151
Comercial	1.589	1.568	1.541	136.175	138.882	169.771
Industrial	87	84	83	111.958	103.744	119.215
Administração Local	152	154	158	61.621	50.284	56.600
Administração Central	81	79	76	110.159	111.267	111.500
Instituições s/ fins lucrativos	62	69	82	58.285	59.011	67.334
Obras	50	49	59	9.041	7.054	4.776
Rega	68	60	55	3.060	8.520	13.919
Hotelaria/Grandes Superfícies	12	13	12	30.285	27.755	40.522
Subtotal	27.581	27.520	27.467	2.144.270	2.088.599	2.210.301
Consumos próprios	223	229	231	54.908	53.056	57.893
Indefinidos (refacturados)						-35.477
Total	27.804	27.749	27.698	2.199.178	2.141.655	2.232.717

Tabela 18 Nº e consumo por cliente

Evolução de facturação (m3)

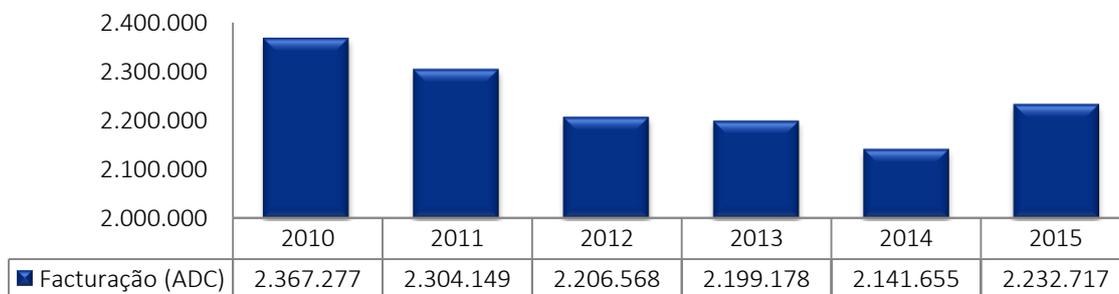


Gráfico 23 Evolução da faturação m³



Evolução da faturação (€)

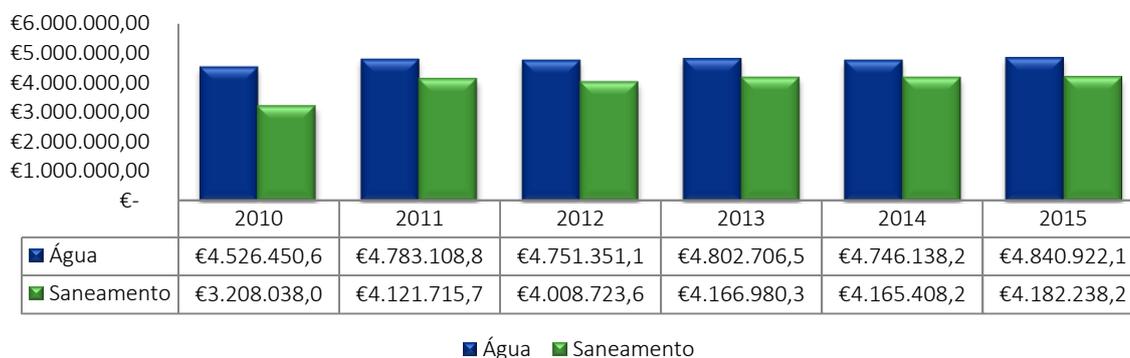


Gráfico 24 Evolução da faturação €

Evolução da faturação de RSU's (€)

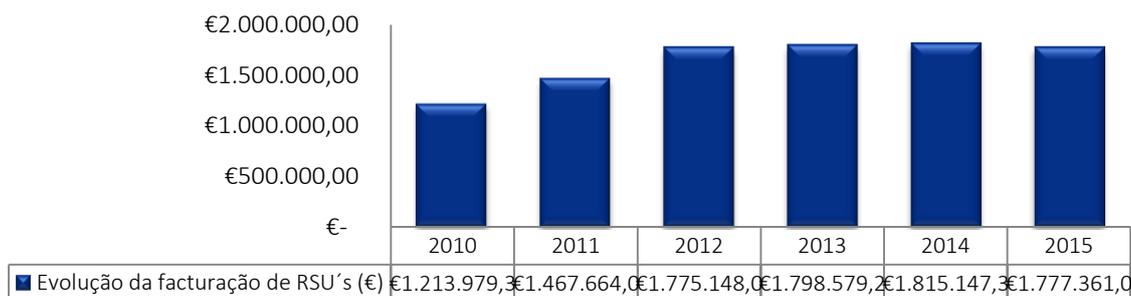


Gráfico 25 Evolução da faturação RSU's €

Faturação Água (€) - 2015

	€	%
Domésticos	1.125.731,10 €	45,43%
Comercial	369.461,91 €	14,91%
Industrial	336.809,82 €	13,59%
Administração Local	72.371,20 €	2,92%
Administração Central	387.948,88 €	15,66%
Instituições s/ fins lucrativos	86.022,12 €	3,47%
Obras	14.532,21 €	0,59%
Rega	44.679,99 €	1,80%
Hotelaria/Grandes Superfícies	109.137,58 €	4,40%
Total	2.478.048,15 €	100,00%

Tabela 19 Faturação água € - 2015



Consumos faturados por tipo de clientes

	%	m ³
Adm. Central	4,99%	111.500
Adm. Local	2,54%	56.600
Cons. Comercial	7,60%	169.771
Cons. Industrial	5,34%	119.215
Cons. Obras	0,21%	4.776
Cons. Próprios	2,59%	57.893
Cons. Rega	0,62%	13.919
Domésticos	72,86%	1.626.664
Inst.S/ Fins Luc.	3,02%	67.334
Hotelaria/Grandes Superfícies	1,81%	40.522
Indefinidos Refacturações/ notas de crédito geradas)	-1,59%	-35.477
Total	100,00%	2.232.717

Tabela 20 Consumos faturados por tipo de clientes

Evolução do número de consumidores

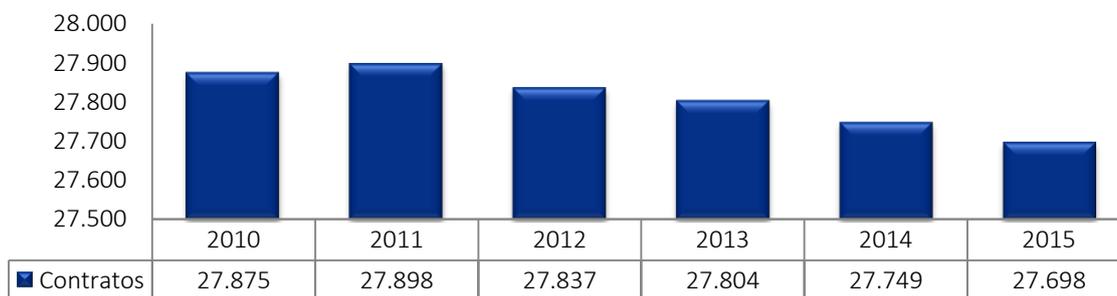


Gráfico 26 Evolução do nº de consumidores

Distribuição por tipo de cliente - 2015

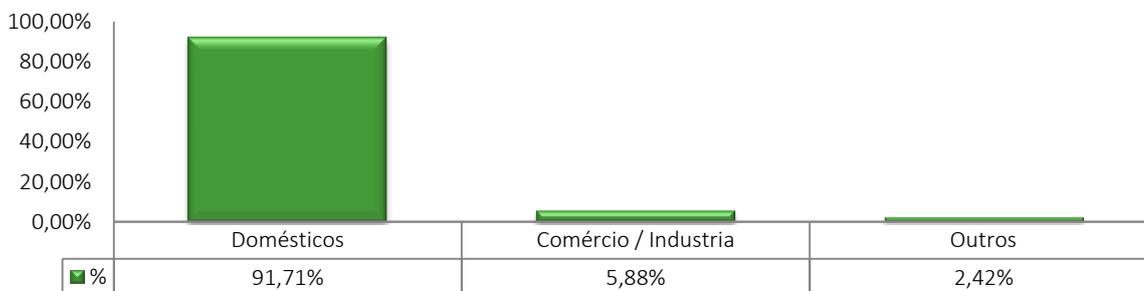


Gráfico 27 Distribuição por tipo de cliente - 2015

**V- OUTROS DADOS****Recursos Humanos**

No final do ano de 2015, a ADC – Águas da Covilhã, EM, era gerida por três Administradores, sendo que, apenas, o Presidente do Conselho de Administração era remunerado pela ADC, e registava um universo de 117 colaboradores, dos quais 83 com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e em regime de mobilidade geral, por cedência de interesse público, 8 com contrato de trabalho sem termo e 26 com contrato de trabalho a termo certo.

		Evolução dos recursos humanos				
		Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Adm.	Administrador	5	5	3	3	1
Dirig.	Dirigente	1	1	1	1	1
C.S.	Coordenador de serviço	3	3	3	3	3
T.S.	Técnico Superior	9	9	9	10	10
E.I.	Especialista Informática	1	1	1	1	1
C.T.	Coordenador Técnico	1	1	1	1	1
A.S.	Assistente Técnico	12	12	13	12	13
E.O.	Encarregado Operacional	6	6	6	6	5
A.O.	Assistente operacional	82	72	70	75	74
Out.	Outras	10	11	11	9	9
Total		130	121	118	121	118

Tabela 21 Evolução recursos humanos

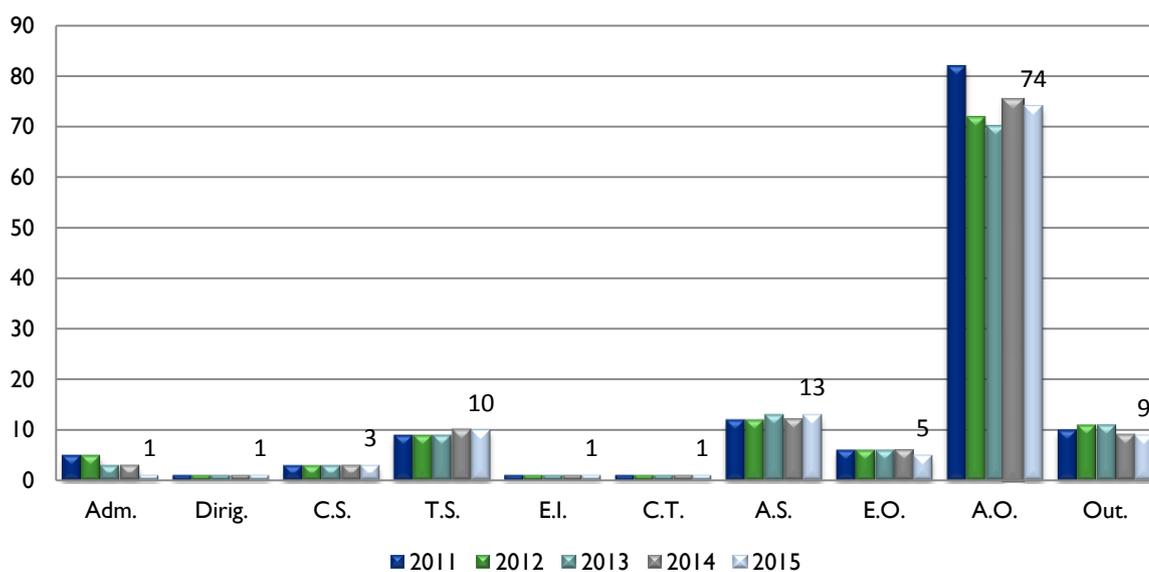


Gráfico 28 Evolução recursos humanos

Evolução do número de horas extra por mês						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Janeiro	173,00	99,50	74,00	78,00	91,00	236,00
Fevereiro	123,00	53,00	110,50	92,50	51,00	122,50
Março	122,00	182,00	59,00	154,50	151,00	233,00
Abril	390,80	361,50	382,00	367,00	451,50	275,50
Mai	260,00	190,00	123,50	145,00	301,50	275,50
Junho	225,00	351,00	107,00	207,00	270,00	352,50
Julho	281,50	154,00	186,50	171,00	275,00	407,00
Agosto	367,00	294,50	199,00	375,50	496,50	381,48
Setembro	263,50	152,50	131,00	157,50	194,00	233,00
Outubro	431,50	328,00	297,50	97,00	292,50	288,50
Novembro	290,00	198,50	151,50	116,00	223,50	197,50
Dezembro	523,50	630,85	613,00	361,00	401,00	333,00
Total	3.450,80	2.995,35	2.434,50	2.322,00	3.198,50	3.335,48

Tabela 22 Evolução do nº de horas extra por mês

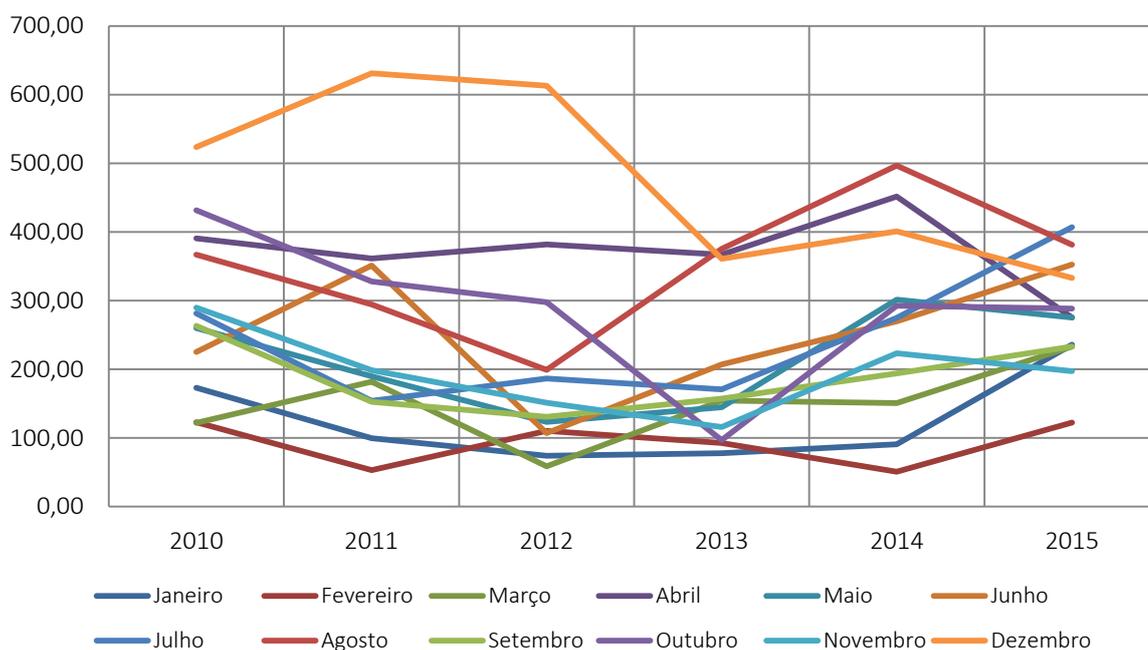


Gráfico 29 Evolução do nº de horas extra por mês

Evolução dos gastos mensais com horas extraordinárias (2010 - 2015) - €

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Janeiro	1.489,83	936,61	229,52	407,83	502,02	1.192,93
Fevereiro	1.417,28	478,76	273,55	554,27	281,25	543,45
Março	994,95	1.623,13	895,36	902,48	766,03	1.147,68
Abril	3.534,17	3.215,59	156,49	2.130,34	2.189,81	1.377,25
Maio	2.452,70	1.613,75	476,80	802,57	1.507,44	1.377,25
Junho	2.112,73	3.213,99	247,12	1.110,04	1.433,68	1.722,46
Julho	2.563,47	1.324,40	130,17	970,25	1.269,83	2.001,63
Agosto	3.384,88	2.638,35	93,36	2.169,94	2.573,50	1.980,54
Setembro	2.320,63	1.339,96	368,89	854,08	970,54	1.149,35
Outubro	3.838,81	2.850,40	364,62	531,12	1.443,79	1.506,99
Novembro	2.650,59	1.729,64	765,32	543,82	1.083,62	996,89
Dezembro	4.883,76	5.942,28	133,91	1.931,05	2.111,26	1.751,25
Média/Mês	2.636,98	2.242,24	344,59	1.075,65	1.344,40	1.395,64

Tabela 23 Evolução dos gastos mensais com horas extraordinárias

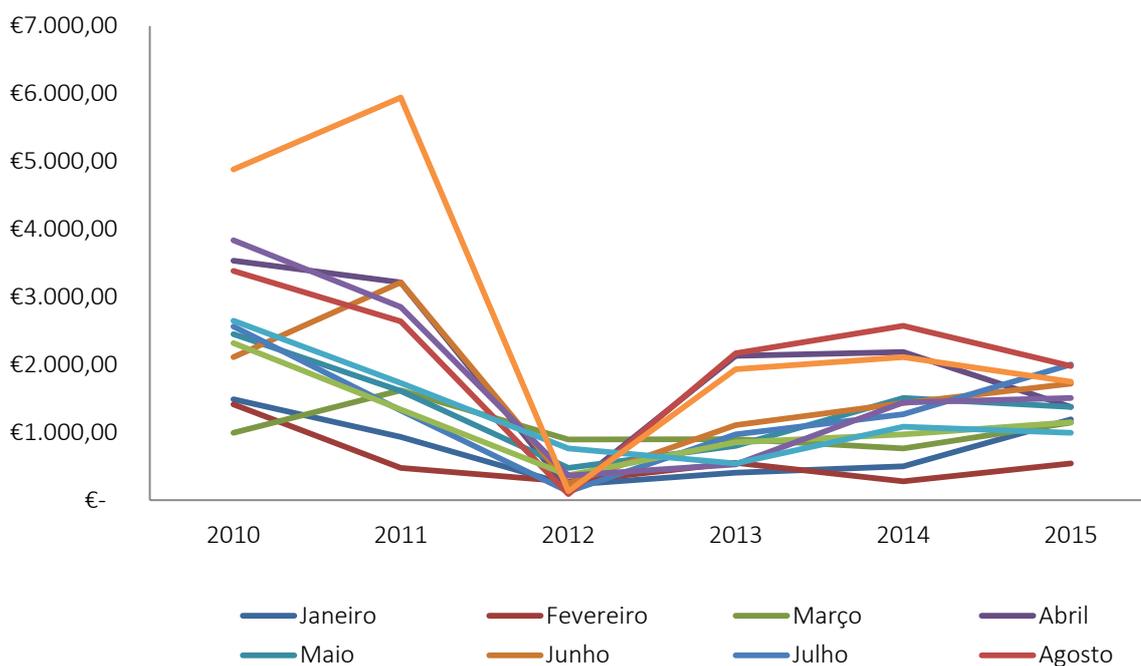


Gráfico 30 Evolução dos gastos mensais com horas extraordinárias

Contencioso

Os quadros seguintes pretendem evidenciar os processos de contraordenações, instaurados, sob orientação do Conselho de Administração, pela violação de algumas normas dos Regulamentos de sistema de abastecimento de água e de água residuais e de resíduos urbanos e higiene e limpeza pública.

Relativamente ao ano de 2015, foram instituídos 56 processos, cujo valor reclamado ascendeu a 12.961,17 euros.

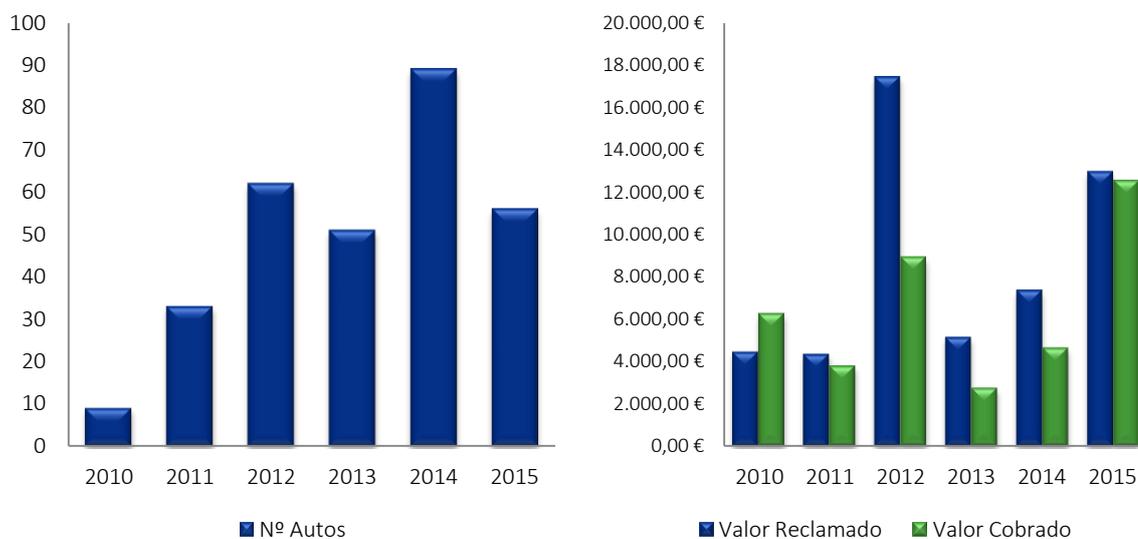
O valor cobrado de 12.511,70 euros respeita a processos do ano e de anos anteriores, o que significa, que no decorrer de 2016 ainda serão cobrados, pela ADC ou pelo Ministério Público, os processos em aberto.



Evolução das contra ordenações

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº Autos	9	33	62	51	89	56
Valor Reclamado	4.449,11 €	4.350,76 €	17.434,78 €	5.149,44 €	7.363,66 €	12.961,17 €
Valor Cobrado	6.256,28 €	3.794,79 €	8.910,19 €	2.748,80 €	4.641,25 €	12.511,70 €

Tabela 24 Evolução das contra ordenações

Gráfico 31 Nº autos
Gráfico 32 Valores contra ordenações

Concursos

No ano de 2015 foram adjudicados 27 procedimentos concursais cujo montante global de adjudicação cifra-se em 678.071,50 euros.

Constata-se que em anos anteriores os montantes apresentados são superiores, mas tal, é devido à adjudicação de prestações de serviços específicas e com prazo de execução superior a um ano.



Evolução dos concursos

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº Concursos Adjud.	8	18	31	17	19	27
Montante	324.145,30 €	1.112.637,54 €	1.561.120,00 €	863.380,75 €	483.118,51 €	678.071,50 €

Tabela 25 Evolução dos concursos

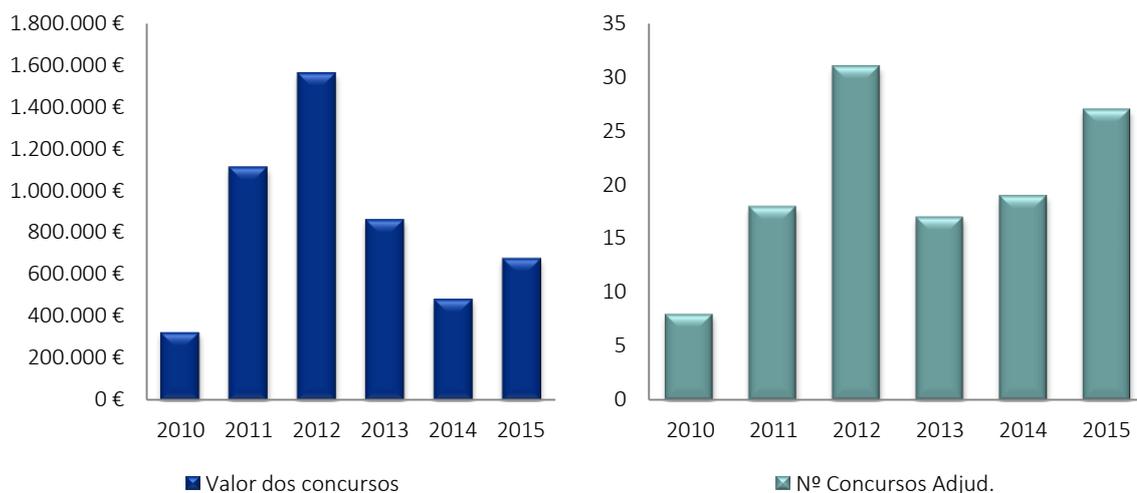


Gráfico 33 Valor dos concursos
Gráfico 34 Nº de concursos adjudicados

Manutenção

Evolução dos gastos com viaturas

	2012	D 12- 13	2013	D 13-14	2014	D 14- 15	2015
Manutenção da Frota	83.341,89 €	4,82%	87.356,96 €	-22,08%	68.071,45 €	21,76%	82.885,35 €
Combustíveis (litros)	123.112,00	-1,20%	121.635,00	-10,15%	109.289,00	1,86%	111.325,48

Tabela 26 Evolução dos gastos com viaturas



Custos de manutenção da Frota

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Água	18.807,52 €	16.981,64 €	16.418,05 €	16.993,66 €	6.554,76 €	10.973,12 €
RSU's	52.856,74 €	57.765,16 €	34.138,22 €	50.540,20 €	45.440,21 €	54.232,35 €
Jardins	1.656,12 €	2.116,36 €	2.992,98 €	1.444,11 €	7.932,66 €	2.322,39 €
Saneam.	8.945,58 €	6.619,78 €	5.188,38 €	9.265,85 €	4.066,86 €	6.107,14 €
Apoio	10.230,66 €	7.474,40 €	16.779,47 €	7.297,44 €	3.099,46 €	8.925,83 €
Adm.	2.474,72 €	1.390,26 €	7.824,79 €	1.815,69 €	977,50 €	324,52 €
	94.971,34 €	92.347,59 €	83.341,89 €	87.356,95 €	68.071,45 €	82.885,35 €

Tabela 27 Custos de manutenção da frota

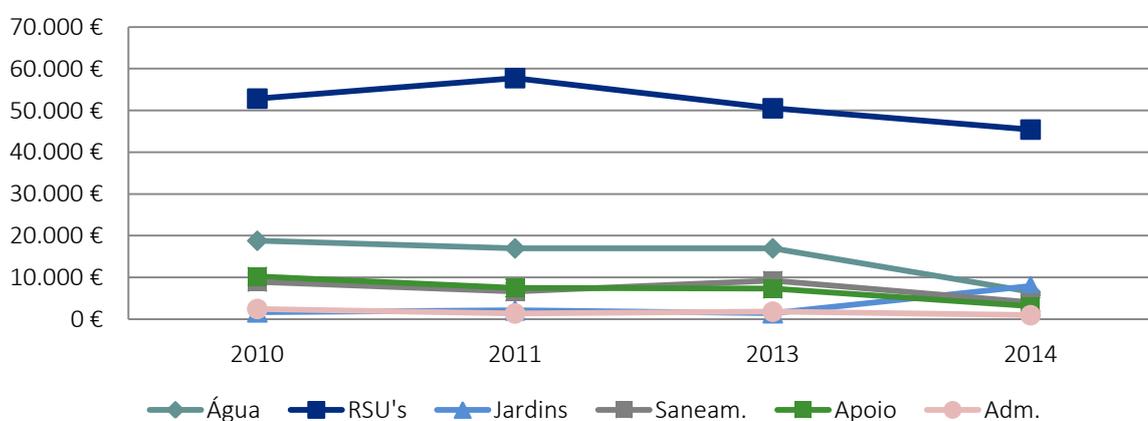


Gráfico 35 Custos de manutenção da frota

Consumos de combustíveis por sector (litros)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Águas	38.618,33	34.243,91	25.912,93	27.375,73	26.985,17	29.103,89
RSU's	87.684,17	70.428,65	65.850,38	61.808,76	50.570,21	47.454,89
Jardins	5.432,40	5.145,54	6.485,09	6.516,72	9.912,82	12.980,16
Apoio	9.731,24	10.293,26	12.362,52	7.485,65	12.146,93	13.459,73
Direção	6.690,67	5.462,86	5.340,94	6.123,49	2.133,05	1.250,81
Saneam.	9.691,99	7.911,12	7.160,57	12.324,20	7.540,82	7.076,00
	157.848,80	133.485,34	123.112,43	121.634,55	109.289,00	111.325,48

Tabela 28 Consumo de combustível por sector (litros)

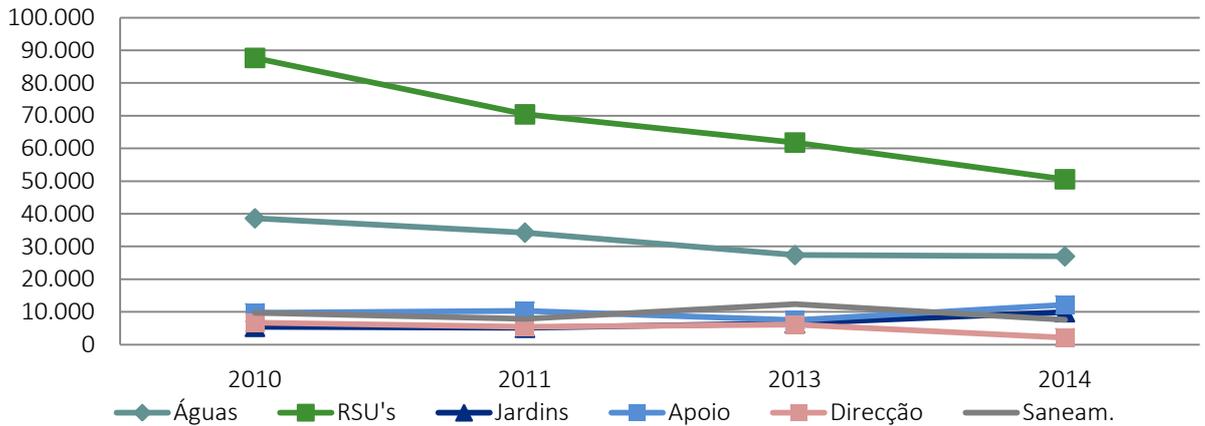


Gráfico 36 Consumo de combustível por sector (litros)

Custos com energia elétrica por sector (€)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Edifícios	40.303,41	38.386,80	33.547,57	36.850,33	33.907,34	34.195,50
Água	115.168,35	118.584,04	162.194,42	136.659,53	129.249,38	135.856,12
Jardins	18.857,36	18.303,64	23.305,47	22.078,88	25.404,30	30.241,91
Saneam.	11.656,74	11.506,97	11.328,79	12.938,59	17.376,13	12.754,05
Total	185.985,86	186.781,45	230.376,25	208.527,33	205.937,15	213.046,58

Tabela 29 Consumo de energia elétrica por sector

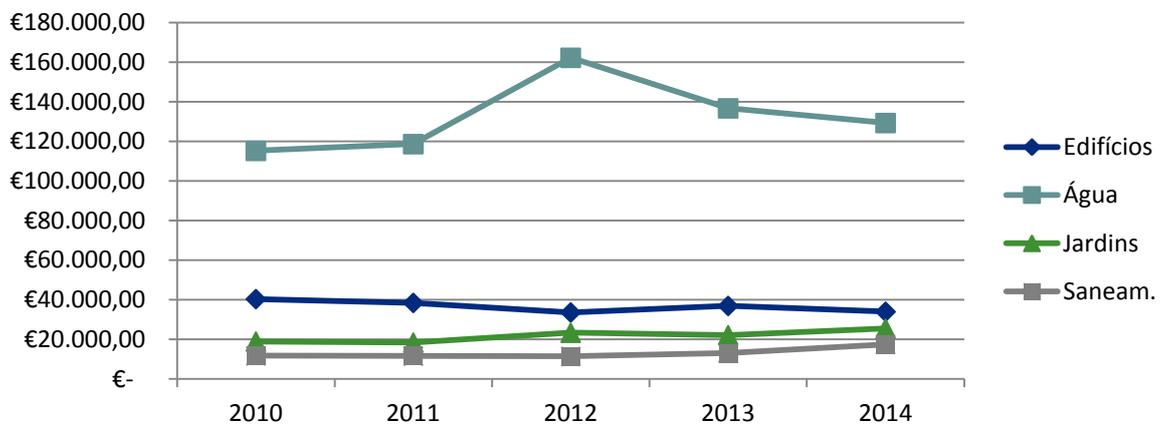


Gráfico 37 Consumo de energia elétrica por sector



VI - OBJECTIVOS PARA 2016

Apesar das dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa e das dificuldades da própria empresa, a Administração pretende dar continuidade à política de gestão iniciada em Março de 2014, comprometendo-se com os seguintes objetivos para o ano de 2016:

- Potenciar o crescimento de clientes nos próximos anos, com o consequente aumento da faturação;
- Esforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;
- Continuação da implementação dos novos canais de cobrança;
- Continuação do plano de substituição de contadores diminuindo assim perdas por submedição;
- Implementação de nova aplicação comercial de gestão de clientes;
- Dotar a ADC de um sistema de gestão de reclamações mais eficiente, com o objetivo de melhorar a relação cliente/empresa;
- Melhoria contínua da satisfação do cliente e suas necessidades;
- Dotar a ADC de um sistema integrado de informação geográfica e de gestão operacional;
- Estabelecer a médio prazo os investimentos estratégicos que melhorem o desempenho funcional da empresa e representem ganhos significativos do ponto de vista operacional e económico;
- Implementar o sistema de certificação da gestão da qualidade;
- Economia nas aquisições de materiais com a informatização dos stocks (já em curso no ano de 2015) que possibilitam uma gestão mais eficaz e eficiente;
- Continuar a trabalhar com o LNEC no seguimento da nossa participação anterior no programa lperdas, aplicando o conceito de melhoria contínua à redução do volume total de perdas associadas às atividades comercial e de distribuição de água;
- Continuação da substituição da frota por veículos mais adequados;
- Racionalização de circuitos e de pontos de recolha para redução do volume de consumos de combustíveis;
- Aumento da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente, trabalhando em conjunto com a RESIESTRELA, na intensificação da nossa rede de Ecopontos bem como realização de campanhas de sensibilização para efeito.



- Participação em campanhas de sensibilização da população relativas ao sector de resíduos conjuntamente com a Resiestrela;
- Manutenção do nível de serviço no sector do saneamento;
- Manutenção do nível de serviço no sector de parques e jardins;
- Execução do Plano de Formação;
- Incremento da polivalência nos quadros da empresa;
- Continuação da renovação do parque informático.
- Realização de estudos e projetos a candidatar ao POSEUR por forma a re-infraestruturar diversas freguesias do nosso Concelho, do ponto de vista do abastecimento de água e da drenagem de águas residuais.



VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades que deram o seu apoio e aos que prestaram colaboração na atividade desenvolvida, nomeadamente:

- Ao Executivo Camarário e ao Acionista Privado pela colaboração prestada;
- Aos Presidentes das Juntas de Freguesia pela ajuda na intermediação com as populações;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e respetiva Secretária;
- Ao Fiscal Único pelo sentido de exigência e pela sua prontidão;
- A todos os colaboradores da empresa, que com o seu zelo, dedicação e competência possibilitaram a concretização dos objetivos definidos;
- A todos os cidadãos e consumidores em geral, pela confiança relativa à fiabilidade dos serviços prestados e pela compreensão perante eventuais avarias e perante o esforço de consolidação da empresa.



VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração da ADC, EM propõe nos termos da alínea s) do n.º 3 do artigo 11º dos Estatutos da ADC a seguinte aplicação para os resultados do exercício de 2015, no montante de 1.045.699,19 euros:

-  Reserva legal: € 19.515,89;
-  Resultados transitados € 1.026.183,30.

Covilhã, 23 de Fevereiro de 2016

O Conselho de Administração,

João Carlos Izidoro Marques

(Presidente do Conselho de Administração)

José Miguel Ribeiro Oliveira

(Administrador Executivo)

Francisco José Pereira Morais

(Administrador Executivo)



IX – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

(alínea s) do número 3 do artigo 11º dos Estatutos da Empresa)

-  Balanço
-  Demonstração dos resultados
-  Demonstração das alterações no capital próprio
-  Demonstração dos fluxos de caixa
-  Execução anual do plano plurianual de investimentos
-  Anexo



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	3.7, 20	10.909.380,73	10.829.895,86
Subsídios à exploração.....	27	563.694,49	756.419,00
Trabalhos para a própria entidade.....		74.700,87	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	11	-722.688,89	-518.707,32
Fornecimentos e serviços externos.....	21	-6.263.698,46	-6.440.618,83
Gastos com o pessoal.....	22	-2.193.010,68	-2.293.929,91
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....	11	-425,87	283,01
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	12	-113.973,68	3.365,53
Provisões (aumentos/reduções).....	15	5.297,34	14.580,64
Outros rendimentos e ganhos.....	24	110.665,96	125.449,58
Outros gastos e perdas.....	25	-45.647,55	-42.286,29
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.324.294,26	2.434.451,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	23	-854.426,22	-858.909,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.469.868,04	1.575.542,27
Juros e rendimentos similares obtidos.....	26	21.200,04	29.342,34
Juros e gastos similares suportados.....	26	-353.737,37	-463.871,72
Resultado antes de impostos		1.137.330,71	1.141.012,89
Imposto sobre o rendimento do período.....	3.9, 9	-91.631,52	-98.074,58
Resultado líquido do período		1.045.699,19	1.042.938,31

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1 14	9.000.000		172.142	-1698.320	485.421	1042.938	10.002.181		10.002.181
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP					1042.938	-15.014	-1042.938	-15.014		-15.014
	2				1042.938	-15.014	-1042.938	-15.014		-15.014
Resultado líquido do período	3						1045.699	1045.699		1045.699
Resultado integral	4=2+3						2.781	1030.685		1030.685
Operações com detentores de CP:	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5 14	9.000.000		172.142	-655.381	470.406	1045.699	11032.866		11032.866

Legenda:

AFT = Activo Fijo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1 14	9.000.000		172.142	-2.496.211	500.435	797.891	8.974.257		8.974.257
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP					797.891	-15.014	-797.891	-15.014		-15.014
	2				797.891	-15.014	-797.891	-15.014		-15.014
Resultado líquido do período	3						1042.938	1042.938		1042.938
Resultado integral	4=2+3						245.048	1027.924		1027.924
Operações com detentores de CP:	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5 14	9.000.000		172.142	-1698.320	485.421	1042.938	10.002.181		10.002.181

Legenda:

AFT = Activo Fijo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

31 de Dezembro de 2015

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		11.472.918,53	11.531.145,90
Pagamentos a Fornecedores		-8.757.330,62	-6.244.093,57
Pagamentos ao Pessoal		-2.123.804,05	-2.161.271,92
Caixa gerada pelas operações		591.783,86	3.125.780,41
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-116.867,47	-25.993,48
Outros recebimentos/pagamentos		-40.377,37	1.405,25
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		434.539,02	3.101.192,18
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-763.494,40	-798.086,03
Activos intangíveis			-5.630,94
Recebimentos provenientes de :			
Juros e rendimentos similares		269,97	4.452,63
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-763.224,43	-799.264,34
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento		22.911,12	
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-1.042.657,73	-741.209,91
Juros e gastos similares		-305.307,28	-404.578,09
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.325.053,89	-1.145.788,00
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		-1.653.739,30	1.156.139,84
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.575.865,96	1.419.726,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	922.126,66	2.575.865,96
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-1.653.739,30	1.156.139,84

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

31 de Dezembro de 2015

Montantes expressos em EURO

INVESTIMENTOS	EXECUÇÃO ANUAL			
	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
CONDUTAS	222.000,00	122.515,39	99.484,61	55%
Abastecimento de água - Ampliação de Redes	60.000,00	28.049,54	31.950,46	47%
Abastecimento de água - Remodelação / Substituição	60.000,00	90.947,31	-30.947,31	152%
Águas Residuais - Ampliação de Redes	42.000,00	3.518,54	38.481,46	8%
Águas Residuais - Remodelação/Substituição Redes	60.000,00		60.000,00	0%
CONSTRUÇÃO CIVIL	178.750,00	17.768,35	160.981,65	10%
Reservatórios	154.750,00	16.424,40	138.325,60	11%
Estações Elev. Água	4.000,00		4.000,00	0%
Estações Elev. Saneamento	4.000,00		4.000,00	0%
Benfeitorias	4.000,00		4.000,00	0%
Outros trabalhos de construção civil (P. Jardins)	12.000,00	1.343,95	10.656,05	
EQUIPAMENTOS	232.400,00	51.422,69	180.977,31	22%
Reservatórios	17.500,00		17.500,00	0%
EE Abastecimento	7.500,00		7.500,00	0%
EE Saneamento	2.600,00		2.600,00	0%
Contadores	103.800,00	26.923,86	76.876,14	26%
Telegestão	7.000,00	20.267,53	-13.267,53	290%
SIG	60.000,00		60.000,00	0%
Equipamento de segurança	4.000,00	3.791,32	208,68	95%
Equipamento RSU	27.000,00	439,98	26.560,02	2%
Sistema de monitorização	3.000,00		3.000,00	0%
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - OUTROS	174.000,00	26.354,44	147.645,56	15%
Equipamento de transporte	120.500,00	10.406,51	110.093,49	9%
Equipamento informático	20.000,00	5.985,89	14.014,11	30%
Outros investimentos diversos	33.500,00	9.962,04	23.537,96	30%
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
ACTIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	0,00	1.544,80	-1.544,80	
Programas de computador		1.544,80	-1.544,80	
Total dos Investimentos	807.150,00	219.605,67	587.544,33	27%

Sector de Actividade	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
Total do Sector da Água	414.550,00	182.612,64	231.937,36	44%
Total do Sector do Saneamento	108.600,00	3.518,54	105.081,46	3%
Total do Sector dos Resíduos Sólidos	27.000,00	439,98	26.560,02	2%
Total do Sector dos Parques e Jardins		1.343,95	-1.343,95	
Total dos Diversos	257.000,00	31.690,56	225.309,44	12%
Total Geral	807.150,00	219.605,67	587.544,33	27%

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



SECTOR DA ÁGUA

No sector da água, a taxa de execução no ano de 2015, foi de 44%, devendo-se este aumento, ao empenho da atual administração, na ampliação e remodelação das redes de água em diversos locais, na conservação e melhoramento de reservatórios, no investimento em contadores de água e equipamento de telegestão, apostando na continuidade da renovação destes bens e equipamentos no concelho, reforçando desta forma, o objetivo primordial de melhorar a qualidade da água que chega a cada consumidor.

SECTOR DO SANEAMENTO

No sector do saneamento, verificou-se uma taxa de execução de 3%, derivada do investimento efetuado na ampliação da rede, em diversas freguesias do concelho.

SECTOR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

No sector dos resíduos sólidos, verificou-se uma taxa de execução de 2%, derivada do investimento efetuado em equipamentos de RSU's, de forma a melhorar a recolha destes resíduos na cidade da Covilhã.

SECTOR DOS PARQUES E JARDINS

Neste setor, procedeu-se a várias melhorias de espaços verdes, no concelho, não estando previamente previstas no PPI.

DIVERSOS INVESTIMENTOS

Nos outros investimentos, os maiores destaques vão para a aquisição de viaturas, máquinas e equipamentos para os vários setores de atividade e para a renovação dos meios informáticos



(computadores e softwares), para a área administrativa e operativa, visando uma maior eficácia e eficiência nos procedimentos operacionais.

Globalmente, verificou-se uma taxa de execução de 27%, no presente exercício, evidenciando o esforço e empenho da administração, apesar das condicionantes económicas que se fizeram sentir no país, na melhoria gradual das prestações de serviços e conseqüente bem-estar geral da população do concelho da Covilhã.

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória e Identificação da Entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros
6. Investimentos financeiros
7. Ativos fixos tangíveis
8. Ativos intangíveis
9. Impostos sobre o rendimento
10. Outros ativos não correntes
11. Inventários
12. Ativos financeiros
13. Diferimentos ativos
14. Instrumentos de capital próprio
15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
16. Passivos financeiros
17. Adiantamentos de clientes, a fornecedores e outras contas a pagar
18. Estado e outros entes públicos
19. Diferimentos passivos
20. Rédito
21. Fornecimentos e serviços externos
22. Gastos com o pessoal
23. Amortizações e Depreciações
24. Outros rendimentos e ganhos



- 25. Outros gastos e perdas
- 26. Juros e outros gastos e rendimentos similares
- 27. Partes relacionadas
- 28. Divulgações exigidas por diplomas legais
- 29. Subsídios do governo e apoios do governo
- 30. Garantias
- 31. Aprovação das demonstrações financeiras



ANEXO

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

(Montantes expressos em Euros)



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é uma empresa pública municipal, constituída em 1 de Abril de 2006, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais), com o número único 507.611.977 de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, com sede na Rua Ruy Faleiro, n.º 111, Apartado 38, 6201-999 Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de Fevereiro de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, ADC – Águas da Covilhã, E.M., bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou outras situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, e atendendo aos pressupostos constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo ajustado, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, ou também designado método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens foram objeto de depreciação às taxas mínimas permitidas, agora pelo DR 25/2009 de 14 de Setembro, em substituição do anterior DR 12/1990 de 12 de Janeiro, conforme deliberação do Conselho de Administração de 27 de Dezembro de 2006, o que se traduz nas seguintes vidas úteis médias:



Vida Útil	
SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros activos tangíveis	6 - 20

Tabela 30 Vida útil ativos tangíveis

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são constituídos por direitos de passagem e licenças, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes. Não é considerada qualquer quantia residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



Vida Útil	
SNC	Anos
Programas de computador	6

Tabela 31 Vida útil ativos intangíveis

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal



perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Inventários

Os inventários (mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao menor de entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.



Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registrados ao custo ou ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registrados no passivo ao custo ou ao custo amortizado.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.



Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

-  Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
-  A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
-  O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
-  É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;



- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.10 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



3.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.12 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui-se o numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 detalha-se conforme se segue:



Fluxos de Caixa			
SNC		2015	2014
11/12	Numerário	5.464,14	3.455,73
	Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	916.662,52	2.572.410,23
	Total	922.126,66 €	2.575.865,96 €

Tabela 32 Fluxos de caixa

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

As seguintes normas e interpretações novas ou revistas, foram adotadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, tendo afetado os montantes relatados nas respetivas demonstrações financeiras.

Alteração em estimativas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2014.

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras através das contribuições mensais, tendo como finalidade o pagamento até 50% do valor da compensação que os trabalhadores abrangidos venham a ter direito.

Pode ser acionado pela entidade empregadora como forma de auxílio ao pagamento da compensação. Aquando da cessação do contrato de trabalho, em que não haja lugar ao pagamento de qualquer compensação, a entidade empregadora será reembolsada das contribuições efetuadas respeitantes ao trabalhador, valorizadas de um eventual ganho que o fundo tenha gerado.



A entidade empregadora deverá entregar aos fundos, o montante correspondente a 1% da remuneração base e diuturnidades a que o empregado tenha direito, sendo 0,925% destinado ao FCT.

A adesão tornou-se obrigatória para os contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de outubro de 2013, mantendo-se até à data.

Os movimentos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

Investimentos Financeiros			
SNC		2015	2014
41	FCT (Fundo Compensação Trabalho)	3.149,37 €	1.463,71 €
	Total	3.149,37 €	1.463,71 €

Tabela 33 Investimentos financeiros



7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis			
SNC		2015	2014
43	Terrenos e Recursos Naturais		
	Saldo inicial	146.555,00	146.555,00
	Saldo final	146.555,00 €	146.555,00 €
	Edifícios e outras construções		
	Saldo inicial	24.693.730,61	24.669.924,94
	Transferências	140.283,74	23.805,67
	Saldo final	24.834.014,35 €	24.693.730,61 €
	Equipamento básico		
	Saldo inicial	2.093.205,41	2.120.571,17
	Aquisições	48.843,51	34.257,95
	Abates	-43.347,05	-61.623,71
	Saldo final	2.098.701,87 €	2.093.205,41 €
	Equipamento de transporte		
	Saldo inicial	1.293.128,09	1.208.956,79
	Aquisições	10.406,51	84.171,30
	Abates	-46.304,05	-
	Saldo final	1.257.230,55 €	1.293.128,09 €
	Equipamento administrativo		
	Saldo inicial	347.417,83	336.307,17
	Aquisições	6.265,88	11.110,66
	Abates	-279,99	-
	Saldo final	353.403,72 €	347.417,83 €
	Outros ativos tangíveis		
	Saldo inicial	157.842,46	142.562,32
	Aquisições	12.541,22	15.280,14
	Saldo final	170.383,68 €	157.842,46 €
	Ativos fixos tangíveis em curso		
	Aquisições	140.283,74	23.805,67
	Transferências	-140.283,74	-23.805,67
	Saldo final	- €	- €
	Total	28.860.289,17 €	28.731.879,40 €

Tabela 34 Ativos fixos tangíveis
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade



SNC		2015	2014
438	Edifícios e outras construções		
	Saldo inicial	6.134.851,98	5.382.834,46
	Depreciações do exercício	753.060,68	752.017,52
	Saldo final	6.887.912,66 €	6.134.851,98 €
	Equipamento básico		
	Saldo inicial	1.719.425,85	1.713.650,05
	Depreciações do exercício	57.616,52	66.061,42
	Abates	-41.277,16	-60.285,62
	Saldo final	1.735.765,21 €	1.719.425,85 €
	Equipamento de transporte		
	Saldo inicial	1.156.128,80	1.132.777,45
	Depreciações do exercício	24.030,23	23.351,35
	Abates	-46.304,05	0,00
	Saldo final	1.133.854,98 €	1.156.128,80 €
	Equipamento administrativo		
	Saldo inicial	326.692,17	318.861,50
	Depreciações do exercício	7.426,85	7.830,67
	Saldo final	334.119,02 €	326.692,17 €
	Outros activos tangíveis		
	Saldo inicial	136.945,10	133.858,16
	Depreciações do exercício	6.739,75	3.086,94
	Saldo final	143.684,85 €	136.945,10 €
	Total	10.235.336,72 €	9.474.043,90 €

Tabela 35 Depreciações acumuladas e perdas por imparidade

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes ou também designadas de linha reta, sendo calculadas as suas amortizações e depreciações, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros ativos tangíveis	6 - 20

Tabela 36 Vida útil ativos fixos tangíveis

As depreciações do exercício, foram no montante de 848.874 euros (852.348 euros em 2014).

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS



Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Ativos Intangíveis			
SNC		2015	2014
443	Programas de computador		
	Saldo inicial	159.525,05	156.896,15
	Aquisições	1.544,80	2.628,90
	Abates	-14.500,00	-
	Saldo final	146.569,85 €	159.525,05 €
444	Propriedade industrial		
	Saldo inicial	18.704,92	18.704,92
	Saldo final	18.704,92 €	18.704,92 €
	Total	165.274,77 €	178.229,97 €

Tabela 37 Ativos intangíveis

Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
SNC		2015	2014
4484	Programas de computador		
	Saldo inicial	139.884,12	133.323,01
	Amortizações do exercício	5.552,19	6.561,11
	Abates	-8.820,48	-
	Saldo final	136.615,83 €	139.884,12 €
4483	Propriedade industrial		
	Saldo inicial	18.704,92	18.704,92
	Saldo final	18.704,92 €	18.704,92 €
	Total	155.320,75 €	158.589,04 €

Tabela 38 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

As depreciações do exercício, relativas aos ativos intangíveis, foram no montante de 5.552 euros (6.561 euros em 2014).



Os ativos intangíveis com vida útil finita, apresentam para o cálculo das respetivas amortizações e depreciações, as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	
SNC	Anos
Programas de computador	6

Tabela 39 Vida útil ativos intangíveis

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

De acordo com o OE/2012, foi abolido o regime da interioridade, passando a taxa de IRC de 15 para 25%, nos anos de 2012 e 2013.

Em 2014 é reduzida a taxa do IRC para 23%, e em 2015, para 21%, de acordo com o estipulado no art.º 87.º da Reforma do IRC – Decreto n.º 195/XII, alterando desta forma, o Código do IRC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88 de 30 de Novembro.

De igual modo, a dedução dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores, que estava limitada a 75%, em 2013, do valor da coleta apurada, passou para 70% em 2014 e 2015, de acordo com o n.º 2 do artigo 52.º da reforma do IRC referida anteriormente. Esta situação teve impacto no cálculo do imposto, nos anos de 2014 e 2015.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014.



Em 31 de Dezembro de 2015, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a cerca de 2.948.980 euros.

Devido à incerteza de utilização dos prejuízos fiscais e face aos limitados prazos de utilização destes prejuízos, entendeu a Administração, de acordo com a NCRF 25, não efetuar o seu reconhecimento.

10. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

Outras Contas a Receber		
SNC	2015	2014
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos:	
	Juros a receber	- 84,94
	Acréscimos faturação de água	376.105,32 492.491,07
	Município da Covilhã - Contratos de Gestão	4.237.704,00 3.690.065,00
	Prestação de Contrato	2.145.000,00 2.145.000,00
		6.758.809,32 € 6.327.641,01 €
278	Outros devedores:	
	EDP Portugal, SA	71.433,15 61.030,62
	Outros	12.700,00 20.566,23
	Saldo devedor de fornecedores	1.654,42 571,34
		85.787,57 € 82.168,19 €
	Perdas por imparidade	- -7.866,23
	Total	6.844.596,89 € 6.401.942,97 €

Tabela 40 Outras contas a receber



11. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários			
SNC	2015	2014	
33	Matérias-primas		
	Matérias-primas de água	193.063,59	180.634,29
	Matérias-primas de eletricidade	8.096,02	13.402,57
	Matérias-primas de saneamento	39.160,60	40.473,71
	Matérias-primas de serralharia	910,28	304,59
	Matérias-primas de parques e jardins	10.372,13	8.912,82
	Matérias-primas de resíduos sólidos	13.137,58	8.541,69
	Matérias subsidiárias		
	Matérias subsidiárias	7.742,57	7.472,81
	Combustíveis e lubrificantes	640,65	251,71
	Materiais diversos		
	Materiais de consumo	10.110,10	18.368,57
	Economato - material de escritório	4.896,27	3.541,85
	Perdas por imparidade acumuladas	-26.319,94	-25.894,07
	Total	261.809,85 €	256.010,54 €

Tabela 41 inventários

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, que incluem, o preço de compra, impostos não dedutíveis, custos de transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens e materiais, deduzidos dos descontos comerciais, é detalhado conforme se segue:



CMVMC			
SNC		2015	2014
61	CMVMC		
	Mercadorias		
	Compras	497.608,08	334.407,75
	Subtotal	497.608,08 €	334.407,75 €
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
	Saldo inicial	281.904,61	276.503,67
	Compras	250.450,36	210.608,22
	Regularizações	-19.144,38	-20.907,71
	Saldo final	-288.129,78	-281.904,61
	Subtotal	225.080,81 €	184.299,57 €
	Total	722.688,89 €	518.707,32 €

Tabela 42 CMVMC

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é detalhada conforme se segue:

Perdas por imparidade			
SNC		2015	2014
339	Saldo inicial	25.894,07	26.177,08
	Aumentos	425,87	-
	Reversões	-	-283,01
	Saldo final	26.319,94	25.894,07

Tabela 43 Perdas por imparidade

No ano de 2010, com a introdução da NCRF 18 – Inventários, esta norma veio preconizar que os ativos que constituíam a rubrica de inventários deviam ser expressos em Balanço pela quantia mais baixa entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

Nessa situação a norma exigia o reconhecimento de um ajustamento (Imparidade) à quantia previamente escriturada.

Em 2015, a empresa manteve o critério do reconhecimento de um ajustamento (imparidade), para os materiais que não têm movimento. Para estes, a empresa considera que não têm qualquer valor de mercado, sendo por isso, o seu valor realizável líquido igual a zero.



12. ACTIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

Clientes e outras contas a receber		
SNC	2015	2014
Clientes		
Clientes conta corrente	1.244.221,96	944.218,36
Clientes de cobrança duvidosa	724.994,47	610.990,01
Imparidade acumulada	-724.994,47	-610.990,01
Outras contas a receber	6.844.596,89	6.401.942,97
Adiantamentos a fornecedores	72.349,74	72.349,74
Total	8.161.168,59 €	7.418.511,07 €

Tabela 44 Clientes e outras contas a receber

No decurso do exercício findo em 2015, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 113.974 euros (não foram reconhecidas em 2014).



13. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Ativos			
SNC		2015	2014
28	Seguros	11.183,68	5.190,31
	Juros de empréstimos	39.625,24	54.657,28
	Livros e documentação técnica	100,00	-
	Rendas e alugueres	-	1.122,00
	Total	50.908,92 €	60.969,59 €

Tabela 45 Diferimentos ativos

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital da Empresa era de 9.000.000 euros, sendo 51% deste valor pertencente à Entidade Pública Participante ICOVI, EEM. (detida em 100% pelo Município da Covilhã), e os restantes 49% pertencentes à Entidade Privada Participante AGS-Hidurbe, SA.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, as outras reservas apresentavam o montante de 1.172.142 euros, resultantes da reserva criada aquando da cisão simples, da ADC – Águas da Covilhã, EM para a ICOVI, EEM.



15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

Provisões			
SNC		2015	2014
29	Outras provisões:		
	Saldo inicial	19.382,93	33.963,57
	Aumentos	-	-
	Reversões	-5.297,34	-14.580,64
	Saldo final	14.085,59 €	19.382,93 €
	Total	14.085,59 €	19.382,93 €

Tabela 46 Provisões

O montante de provisões criado no exercício de 2011, reforçado durante os anos de 2012 e 2013, foi reduzido em 2014, e novamente em 2015, refletindo a estimativa de prováveis exfluxos que incorporem benefícios económicos, relativos a processos judiciais e outros, entre a empresa e clientes.

16. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 as rubricas de “Fornecedores” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores			
SNC		2015	2014
221	Fornecedores c/c	2.796.820,55	4.682.783,45
225	Fornecedores com faturas em conferência	709.250,38	558,09
	Total	3.506.070,93 €	4.683.341,54 €

Tabela 47 Fornecedores



Financiamentos obtidos

O saldo dos financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, são detalhados conforme se segue:

Financiamentos obtidos			
SNC			
		2015	2014
251	Instituições financeiras:		
	Empréstimos bancários a M/L prazo		
	Corrente	1.089.168,80	974.893,14
	Não Corrente	2.026.963,46	3.183.896,85
		3.116.132,26 €	4.158.789,99 €
	Outras entidades:		
	AGS Hidurbe - Serviços Ambientais, SA	2.000.000,00	2.000.000,00
		2.000.000,00 €	2.000.000,00 €
	Total	5.116.132,26 €	6.158.789,99 €

Tabela 48 Financiamentos obtidos

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica “Outras contas a pagar” apresentava em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os seguintes valores:

Outras Contas a Pagar			
SNC			
		2015	2014
2722	Credores por acréscimos de gastos:		
	Subsídio de Férias e Natal (Pessoal)	160.020,00	160.020,00
	Esimativa de Férias e Subsídio de Férias	278.705,03	292.901,18
	Juros a liquidar	60.624,28	72.624,61
	Rendas e alugueres	-	810,00
	Assistência técnica de gestão	2.145.000,00	2.145.000,00
	Outros	322.404,82	20.857,49
		2.966.754,13 €	2.692.213,28 €
	Outras contas a pagar:		
2715	BPI Factoring		
	Corrente	654.000,00	654.000,00
	Não Corrente	4.495.057,87	5.149.057,87
2711/278	Outros credores	73.203,46	60.901,67
		5.222.261,33 €	5.863.959,54 €
	Total	8.189.015,46 €	8.556.172,82 €

Tabela 49 Outras contas a pagar

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS



À data do relato, não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, e em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos			
SNC		2015	2014
24	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:		
	Imposto a recuperar/pagar	-17.285,51	-42.611,08
	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-14.450,11	-28.062,99
	Imposto sobre o valor acrescentado	36.856,12	81.062,95
	Contribuições para a Segurança Social	-42.274,61	-42.486,12
	Outros Impostos	-131.889,89	-138.331,59
	Total	-169.044,00 €	-170.428,83 €

Tabela 50 Estado e outros entes públicos

19. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos”, apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Ativos			
SNC		2015	2014
28	IEFP (Comparticipação apoio aos estágios)	6.855,63	-
	Total	6.855,63 €	- €

Tabela 51 Diferimentos activos

20. RÉDITO

A gestão e operacionalidade da ADC – Águas da Covilhã, E.M., está estruturada em três áreas de negócio, designadamente, Água, Saneamento e Resíduos Sólidos, obtendo ainda esta empresa, réditos relacionados com outras prestações de serviços não especificadas.

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o rédito reconhecido pela Empresa, é detalhado conforme se segue:

Vendas e Prestações de Serviços			
SNC	2015	2014	Variação %



71	Vendas:			
	Água	2.483.800,03	2.399.943,90	3,49%
	Descontos e Abatimentos	-5.751,88	-5.364,27	7,23%
72	Prestações de Serviços			
	Água	2.362.874,04	2.351.558,64	0,48%
	Saneamento	4.182.238,25	4.165.408,25	0,40%
	Resíduos Sólidos	1.777.361,02	1.815.147,39	-2,08%
	Serviços Diversos Prestados	6.051,52	4.871,55	24,22%
	Descontos e Abatimentos	-18.356,64	-17.411,34	5,43%
	Outras Prestações de Serviços	121.164,39	115.741,74	4,69%
Total		10.909.380,73 €	10.829.895,86 €	

Tabela 52 Vendas e prestações de serviços

Vendas e Prestações de Serviços por setor de atividade				
SNC		2015	2014	Variação %
71/72	Vendas e Prestações de Serviços:			
	Água	4.846.674,07	4.751.502,54	2,00%
	Saneamento	4.182.238,25	4.165.408,25	0,40%
	Resíduos Sólidos	1.777.361,02	1.815.147,39	-2,08%
	Serviços Diversos Prestados	6.051,52	4.871,55	24,22%
	Descontos e Abatimentos	-24.108,52	-22.775,61	5,85%
	Outras Prestações de Serviços	121.164,39	115.741,74	4,69%
Total		10.909.380,73 €	10.829.895,86 €	

Tabela 53 Vendas e prestações de serviços por setor de atividade

A análise gráfica abaixo demonstra a evolução das vendas e prestações de serviços nos anos 2015 e 2014:

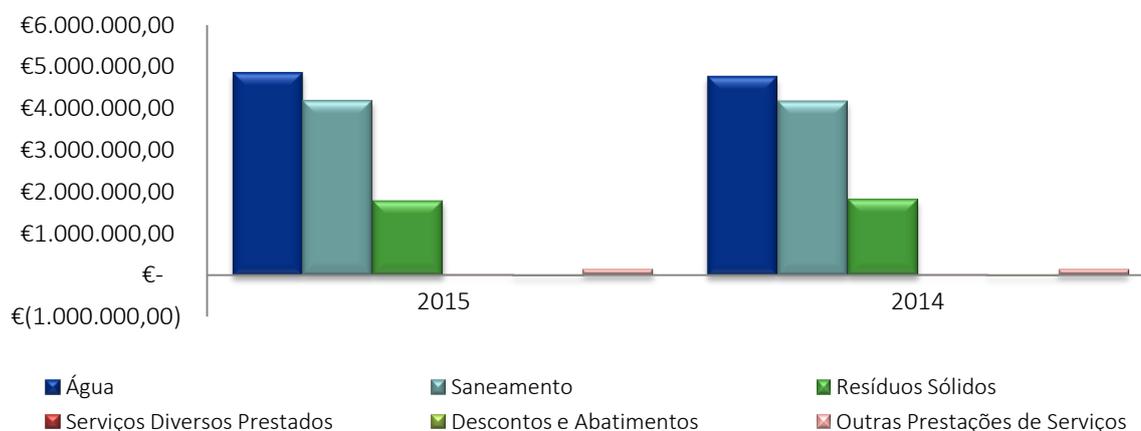


Gráfico 38 Evolução das vendas e prestações de serviços

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS



A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos					
SNC		2015	2014	Variação %	Variação Absoluta
621	Subcontratos	4.415.504,73	4.569.174,64	-3,36%	-153.669,91
6221	Trabalhos Especializados	707.471,74	725.366,39	-2,47%	-17.894,65
6222	Publicidade e Propaganda	3.133,92	1.975,29	58,66%	1.158,63
6224	Honorários	26.500,00	16.493,89	60,67%	10.006,11
6225	Comissões	87.029,54	87.368,32	-0,39%	-338,78
6226	Conservação e Reparação	137.284,67	134.796,90	1,85%	2.487,77
6228	Outros	6.438,50	6.331,11	1,70%	107,39
6231	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	16.439,79	10.101,62	62,74%	6.338,17
6232	Livros e Documentação Técnica	400,46	617,08	-35,10%	-216,62
6233	Material de Escritório	4.232,30	6.782,07	-37,60%	-2.549,77
6238	Outros	0,00	50,00	-100,00%	-50,00
6241	Electricidade	213.046,58	182.770,04	16,57%	30.276,54
6242	Combustíveis	113.937,21	129.186,62	-11,80%	-15.249,41
6248	Outros	4.218,64	4.034,57	4,56%	184,07
6251	Deslocações e Estadas	4.668,76	3.747,37	24,59%	921,39
6253	Transportes de Mercadorias	877,94	821,87	6,82%	56,07
6261	Rendas e Alugueres	418.492,43	468.008,63	-10,58%	-49.516,20
6262	Comunicação	23.694,88	18.519,99	27,94%	5.174,89
6263	Seguros	29.551,61	31.452,00	-6,04%	-1.900,39
6264	Royalties	20,14	0,00	0,00%	20,14
6265	Contencioso e Notariado	9.396,63	5.187,94	81,12%	4.208,69
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	33.268,32	31.379,70	6,02%	1.888,62
6268	Outros Serviços	8.089,67	6.452,79	25,37%	1.636,88
Total		6.263.698,46 €	6.440.618,83 €	-2,75%	-176.920,37 €

Tabela 54 Fornecimentos e serviços externos



22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, é detalhada conforme se segue:

Gastos com o Pessoal			
SNC		2015	2014
63	Remunerações dos órgãos sociais	65.479,35	113.271,93
	Remunerações do pessoal	1.595.641,33	1.606.102,85
	Benefícios pós-emprego	5.377,33	31.871,65
	Encargos sobre remunerações	380.720,88	416.202,03
	Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	22.741,96	16.852,45
	Custos de ação social	100.373,57	94.448,13
	Outros gastos com o pessoal	22.676,26	15.180,87
	Total	2.193.010,68 €	2.293.929,91 €

Tabela 55 Gastos com o pessoal

O número de colaboradores da empresa à data de 31 de Dezembro de 2015 era de 117. O Conselho de Administração era composto por 3 administradores, sendo que, apenas o presidente do conselho de administração era remunerado pela ADC – Águas da Covilhã, EM.

Em 2014, existiam 121 colaboradores e o Conselho de Administração era composto por 3 administradores, dos quais 2 executivos.

N.º Médio de Colaboradores			
SNC		2015	2014
	Membros do Conselho de Administração	3	3
	N.º médio de colaboradores	117	118
	N.º de colaboradores no fim do período	117	118

Tabela 56 N.º médio de colaboradores



N.º Médio Pessoas / Horas Trabalhadas

SNC	2015	2014
Pessoal ao serviço da empresa:		
N.º médio de pessoas remuneradas ao serviço da empresa	117	120
N.º horas trabalhadas	3.969	3.925
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário:		
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	117	120
Pessoal ao serviço da empresa por sexo:		
Homens	103	107
Mulheres	14	13

Tabela 57 N.º médio de pessoas / horas a trabalhar

23. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

Depreciações e Amortizações

SNC	2015	2014
64		
Ativos fixos tangíveis	848.874,03	852.347,89
Ativos Intangíveis	5.552,19	6.561,11
Total	854.426,22 €	858.909,00 €

Tabela 58 Depreciações e amortizações



24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

Outros Rendimentos e Ganhos			
SNC		2015	2014
78	Rendimentos suplementares:		
	Recuperação de custos (ICOVI, EEM)	22.939,92	23.017,63
	Recuperação de custos (Resiestrela, SA)	33.626,52	42.033,15
	Venda de artigos de resíduos sólidos	1.145,00	200,00
	Ganhos em inventários	616,15	6.421,93
	Alienações de bens	55,12	32,79
	Outros rendimentos suplementares	52.283,25	53.744,08
	Total	110.665,96 €	125.449,58 €

Tabela 59 Outros rendimentos e ganhos

25. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

Outros Gastos e Perdas			
SNC		2015	2014
68	Impostos	15.695,17	18.318,90
	Alienações de contadores	1.902,41	962,68
	Abates	5.679,52	-
	Outros gastos e perdas	22.370,45	23.004,71
	Total	45.647,55 €	42.286,29 €

Tabela 60 Outros gastos e perdas

**26. JUROS E OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES**

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme se segue:

Juros suportados e outros			
SNC		2015	2014
69	Factoring	134.489,01	163.190,01
	Empréstimo AGS	42.169,98	46.939,98
	Empréstimo Santander	53.494,50	94.028,71
	Empréstimo Millennium BCP	106.046,09	140.761,99
	De mora	-	186,99
	Outros	17.537,79	18.764,04
	Total	353.737,37 €	463.871,72 €

Tabela 61 Juros suportados e outros

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme se segue:

Juros obtidos			
SNC		2015	2014
79	De depósitos	275,04	4.539,08
	De mora (Facturação da água)	20.925,00	24.803,26
	Total	21.200,04 €	29.342,34 €

Tabela 62 Juros obtidos



27. PARTES RELACIONADAS

O capital da Empresa no valor de 9.000.000 euros, é detido em 51% pela Empresa Municipal “ICOVI, EEM.” (detida em 100% pelo Município da Covilhã) com sede no Tortosendo - Covilhã, e em 49% pela empresa “AGS – Hidurbe, SA” com sede no Linhó – Sintra.

Acionistas		
SNC	Percentagem de Capital	2015
ICOVI, EEM./Município da Covilhã	51,00%	4.590.000,00
AGS-Hidurbe, SA	49,00%	4.410.000,00
Total	100,00%	9.000.000,00 €

Tabela 63 Acionistas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro 2014, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas		
SNC	2015	2014
ICOVI, EEM		
Vendas e/ou prestações de serviços	330,39	2.626,98
Outros Rendimentos e Ganhos	22.939,22	28.001,81
Compras e Aquisições de Serviços	902.474,21	781.831,68
AGS-Hidurbe, S.A.		
Outros Rendimentos e Ganhos	-	3.987,34
Compras e Aquisições de Serviços	438.788,02	438.364,00
Juros de Suprimentos	42.169,98	46.939,98
Município da Covilhã		
Vendas e/ou prestações de serviços	289.538,71	262.856,52
Compras e Aquisições de Serviços	49.736,02	85.549,36
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Vendas e/ou prestações de serviços	1.824,61	250,55
Compras e Aquisições de Serviços	3.244.480,32	3.198.920,28



Partes relacionadas		
SNC	2015	2014
ICOVI, EEM		
Outras Contas a Receber	21.162,06	7.054,02
Outras Contas a Pagar	18.073,49	320.273,49
AGS-Hidurbe, S.A.		
Outras Contas a Pagar	2.896.346,03	2.756.528,38
Financiamentos obtidos	2.000.000,00	2.000.000,00
Município da Covilhã		
Outras Contas a Receber	3.857.971,58	3.076.768,82
Subsídios à Exploração	547.639,00	756.419,00
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Outras Contas a Receber	2.145.000,00	2.145.000,00
Outras Contas a Pagar	1.933.895,40	2.936.009,27

Tabela 64 Partes relacionadas

28. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 2015, pelo Revisor Oficial de Contas, relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 10.290 euros.

Dívidas em mora à Segurança Social

Declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, dando-se assim cumprimento, ao estipulado no artigo 21.º de Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Outubro.

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Não se verificaram nenhuma das situações contempladas nesta disposição legal.

29. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO



Os subsídios atribuídos pelo governo são reconhecidos de acordo com os montantes financeiros recebidos. Assim os subsídios ao investimento, são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional à depreciação dos ativos fixos subsidiados, conforme descrito abaixo:

Subsídios				
SNC		2015	Imputação Subsídio para Investimentos	2014
593	Subsídios relacionados com ativos:			
	POA - Programa Operacional do Ambiente	470.406,47	-15.014,40	485.420,87
	Total	470.406,47 €	-15.014,40 €	485.420,87 €

Tabela 65 Subsídios

30. GARANTIAS

A empresa tem à sua guarda valores prestados por fornecedores (empreiteiros), que se encontravam devidamente evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

Garantias		
SNC		2015
2785	Garantias retidas a fornecedores por boa execução de empreitadas	32.487,12
	Total	32.487,12 €

Tabela 66 Garantias



31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 23 de Fevereiro de 2016.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



X – CERTIFICAÇÃO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

-  Certificação legal das contas
-  Relatório e parecer do Fiscal Único



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 28.070.926 euros e um total de capital próprio de 11.032.866 euros, incluindo um resultado líquido de 1.045.699 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da informação financeira constante dos relatórios de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



RESERVA

7. A empresa realizou acordos com sociedades factoring, em que estas substituem a empresa no pagamento de dívidas a fornecedores e fornecedores de investimento, ficando a empresa obrigada a regularizar esta dívida perante o fator, através de pagamentos periódicos e faseados, a qual na nossa opinião configura uma operação de financiamento. Em 31 de Dezembro de 2015 a empresa apresenta o passivo resultante desta operação como outras contas a pagar, ascendendo o montante total a cerca de 5.149 milhares de euros (5.803 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014).

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 7. acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.**, em 31 de Dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as seguintes situações: (i) As indemnizações compensatórias incluídas nos instrumentos previsionais e previstas no acordo parassocial, relativas aos anos de 2010, e 2012 a 2015, no montante de 4.237.704 euros (contabilizadas em acréscimos de proveitos nos anos respetivos) ainda não foram aprovadas pela Assembleia Municipal da Covilhã até à data, o que origina incerteza quanto ao seu recebimento. (ii) Ao longo dos últimos anos foram acrescidos gastos com consultadoria e assessoria que ascendiam em 31-12-2014 e 31-12-2015 ao montante acumulado de 2.145 milhares de euros. Foram contabilizados acréscimos de rendimentos de igual montante atribuídos pelo Município da Covilhã à empresa. Até à data ainda não foi emitida documentação de suporte adequada à regularização daqueles montantes e a mesma está pendente do acordo dos sócios.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Covilhã, 24 de Fevereiro de 2016

CRUZ MARTINS & ASSOCIADA, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

João Alberto da Cruz Martins, ROC n.º 735

2/2



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar o relatório da nossa actividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.** referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a actividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das actas das reuniões do conselho de administração e dos contactos com os respectivos membros, e efectuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.
3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios valorimétricos utilizados na prestação de contas estão em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.
4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2015, bem como do modo como se desenrolaram as actividades e se formou o resultado do período acima referido.
5. Elaborámos a certificação legal das contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.



6. Face ao que antecede, e exceto para efeito do mencionado na certificação legal das contas, somos de parecer que:

- a) O Relatório e as contas do exercício de 2015 apresentadas pelo Conselho de Administração devem ser aprovados;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

Covilhã, 24 de Fevereiro de 2016

CRUZ MARTINS & ASSOCIADA, SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

João Alberto Cruz Martins, R.O.C. n.º 735